



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL - PRODER/MDER**

JORGE LUÍS ISHIMARU

PLANEJAMENTO URBANO E PLANOS DIRETORES: UMA CRÍTICA
EPISTEMOLÓGICA EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

Linha de pesquisa:

Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Giannella Alves

**JUAZEIRO DO NORTE - CEARÁ
Novembro/2015**

JORGE LUÍS ISHIMARU

PLANEJAMENTO URBANO E PLANOS DIRETORES: UMA CRÍTICA
EPISTEMOLÓGICA EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de Concentração: Interdisciplinar

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Giannella Alves

JUAZEIRO DO NORTE

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri

179p

Ishimaru, Jorge Luís.

Planejamento urbano e planos diretores: uma crítica epistemológica em busca de novos caminhos / Jorge Luís Ishimaru. – 2015.

70 f., enc. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2015.

Orientação: Profa. Dra. Valéria Giannella Alves.

1. Desenvolvimento sustentável - cidades. 2. Ecologia de saberes. 3. Virada paradigmática. I. Título.

CDD 711.4

JORGE LUÍS ISHIMARU

PLANEJAMENTO URBANO E PLANOS DIRETORES: UMA CRÍTICA
EPISTEMOLÓGICA EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Valéria Giannella Alves (Orientadora)
Universidade Federal do Sul da Bahia

Prof.^a Dr.^a Carmen Maria Saenz Coopat
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Maria Oderlania Torquato Leite
Universidade Regional do Cariri

JUAZEIRO DO NORTE

2015

“Aos que não estão, mas que deveriam estar,
e que nos lembram que devemos ser felizes
por eles também.”

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Seu Jorge (in memorian), a quem devo a paciência curta;

À minha mãe, Dona Maria, a quem devo toda a paciência do mundo (me desculpe mãe, parece que puxei mais a meu pai, mas juro que me esforço);

À Ana, ao Pedro Jorge e à Maria Eduarda, pela compreensão e incentivo, fundamentais;

À Valéria Giannella, minha orientadora, pela nova visão de mundo, e pela enorme paciência;

À Magnífica Reitora, Prof.^a Suely Chacon, e a todos aqueles que ousaram tornar possíveis os caminhos deste Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável no Cariri;

Aos professores e colegas do Mestrado;

Às nossas cidades do Cariri

“Não sou filósofo
Não sou historiador
Não sou sociólogo
Sou engenheiro
E como engenheiro
Quero pensar a filosofia
Fazer a história
E transformar a sociedade”.

(Oswaldo Pereira Filho – DEL/UFRJ)

RESUMO

É preciso pensar novos caminhos para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, na verdade precisamos mais que isso, precisamos de novas formas de pensar. Os planos diretores municipais estabelecidos por lei como instrumento principal para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do desenvolvimento sustentável têm se mostrado insuficientes. Expressivos recursos têm sido gastos pelas prefeituras na elaboração ou revisão destes planos, nas universidades a mesma receita de planejamento urbano continua sendo ministrada aos novos profissionais e os resultados continuam se repetindo. A presente dissertação se propõe a uma crítica epistemológica ao planejamento e aos planos diretores, em busca de possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, baseada no pressuposto de que o problema é epistemológico. O atual paradigma científico dá mostras de suas limitações e os autores que referenciam esta pesquisa demonstram a necessidade de uma virada paradigmática, a passagem de uma visão positivista da ciência a uma visão pós-positivista, que contemple a diversidade dos saberes e não mais a exclusividade da ciência. Uma nova visão, integral, baseada numa postura teórica emergente denominada Ecologia de Saberes, operando de forma cooperativa e harmônica, recompondo as antigas dicotomias que a visão reducionista da ciência separou, e possibilitando a ampliação da participação dos sujeitos até então excluídos, como novos sujeitos públicos. Concomitantemente, nas universidades, há que se investir em novos profissionais com uma formação epistemológica contemporânea, dialógica, necessária na busca de outras relações entre seres humanos e entre eles e a natureza. O plano diretor passa então a se constituir numa oportunidade para a ampliar a cidadania, para ampliar o número de sujeitos competentes para lidar com as questões de interesse coletivos, nos diversos níveis de realidade.

Palavras-chave: Planos diretores municipais; Crítica epistemológica ao planejamento; Desenvolvimento sustentável das cidades;

ABSTRACT

There is a real need of thinking about new ways to implement the sustainable development on Brazilian cities. Actually, we need more than this. We need to discover new ways of thinking. The land-use plans, defined by the Brazilian law as the main policies to establish the total development of cities' social roles and ensure sustainable development, have been not very effective in achieving the proposed goals. Although the continuous lack of results, most of Brazilian universities keep insisting in teaching the same ideas to their students. Meanwhile, the municipalities have been expending considerable funds to elaborate and review their Land-use plans. The present work proposes to make an epistemological critique to Land-use planning in order to expand the possible ways of implementing sustainable development on Brazilian cities, assuming that the main root of the problem is epistemological. The current scientific paradigm shows signs of its own limitations, the authors that refer this research can demonstrate a necessity of a paradigmatic change, the transition from a positivist scientific approach to a post-positivist one. An approach that includes all the diversity of human knowledge, not only the traditional science. This new approach is integrative; it is based on a theoretical emerging position known as "Ecology of Knowledge" and it operates in a cooperative and harmonic way, recomposing the dichotomies that the old reductionist science ways had disconnected. It enables that a parcel of community that was until this time segregated to interact and participate in the elaboration of the Land-use plans. At the same time, the universities have to rethink their methods. They must develop new programs focused on epistemological contemporary and dialogic approaches that are necessary in the searching for new relationship forms between humans and between the humankind and the environment. Then, a land-use plan becomes an opportunity to amplify the citizenship, promoting the social including and enlarging the number of individuals capable to deal with issues of common interest of society, at different levels of abstraction.

Keywords: *Brazilian land-use planning; Sustainable Development of Brazilian Cities; Epistemological Critique to urban planning.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 CIDADES SUSTENTÁVEIS.....	14
2.1. A sustentabilidade.....	15
2.2. O desenvolvimento	16
2.3. O desenvolvimento e a sustentabilidade nas cidades.....	19
2.4. A luta popular pelas cidades sustentáveis.....	21
3 O PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO.....	23
3.1. Os planos diretores municipais.....	23
3.1.1. O plano diretor sob a ótica governamental.....	25
3.1.2. As problemáticas do plano diretor.....	26
3.1.2.1. Limitações normativas.....	27
3.1.2.2. Limitações à participação.....	27
3.1.2.3. Limitações financeiras.....	29
3.1.2.4. Outras limitações.....	30
3.2. O planejamento urbano.....	32
3.3. A Ecologia de Saberes.....	36
3.4. A crítica epistemológica ao planejamento e aos planos diretores	37
4 A IMPORTÂNCIA DA EPISTEMOLOGIA PARA NÃO-FILÓSOFOS.....	41
5 A BUSCA POR NOVAS RACIONALIDADES E CONHECIMENTOS.....	50
5.1. Destronização do saber e da racionalidade técnico-científica.....	52
5.2. A ampliação das formas de racionalidade e dos tipos de conhecimento.....	54
5.3. As Metodologias Integrativas.....	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Esta é uma questão que me incomoda há alguns anos. Trabalho no serviço público municipal da cidade do Crato, na Região Metropolitana do Cariri, localizada ao sul do Ceará, Estado da região Nordeste do Brasil, como engenheiro civil, onde tive a oportunidade de vivenciar, desde 2001, diferentes postos na administração pública, chegando inclusive a ocupar o cargo de gestor, como secretário de infraestrutura do município durante os anos de 2003 a 2004. Nesta ocasião também conheci o “outro lado” da história, e pude compreender a impossibilidade de atender a todas as necessidades que se apresentavam, de precisar fazer escolhas difíceis e, na maioria das vezes, ater-me a administrar as perplexidades do momento, a entender a grande dificuldade em cumprir prazos e executar programas sob pressão, de ter de trabalhar com os poucos recursos disponíveis, com pessoal não qualificado, estrutura igualmente não adequada, uma legislação excessivamente burocrática e a importância do significado da palavra efetividade, qual seja, realizar a coisa certa para transformar a situação existente. Uma situação caótica, à época compartilhada por vários colegas secretários de outros municípios, e que perdura até os dias atuais, agravando-se até, na medida em que as demandas urbanas só têm aumentado e a complexidade dos problemas também.

Particpei, evidentemente, de inúmeras reuniões com as comunidades no atendimento de suas necessidades, na discussão de seus problemas, na elaboração de orçamentos participativos, na execução de programas de governo e demais ações urbanas ligadas à minha pasta. A percepção que obtive é que as camadas mais pobres da população tinham a visão de que a administração pública podia tudo, e que não o fazia porque não queria. Já as camadas mais abastadas acreditavam que a prefeitura não fazia porque não tinha “planejamento”, e todas acabavam suspeitando que a administração municipal realizava pouco porque era incompetente ou corrupta ou ambas as coisas, numa visão onde o executivo ainda possuía a primazia na condução destes processos públicos. Até hoje ainda é assim.

Após realizar uma pós-graduação em planejamento urbano e gestão ambiental, trabalhei também na elaboração de planos diretores municipais em duas outras cidades da região, Santana do Cariri e Milagres, também no Estado do Ceará, onde verifiquei a mesma percepção da população sobre as administrações municipais, ou seja, de incredulidade e de incompreensão. Mas foi a realização destes

planos diretores que me levaram a uma triste constatação: a sua pouca ou nenhuma efetividade. Os planos diretores foram elaborados com rigor e cautela, seguindo todos os preceitos técnicos, com a devida participação da população através de reuniões preparatórias, discussões e audiências públicas, mas, ao final, ficou nítida a certeza de que foram feitos apenas para cumprir a legislação, para permitir aos respectivos municípios estarem aptos a receber recursos federais, e nada mais que isso, pois não foram implementadas as ações previstas no plano para aqueles municípios e nem houve cobrança por parte da população, que se calou por não estar articulada. Não foram constituídos os conselhos da cidade e os demais sistemas de gestão democrática da política urbana. Essa participação mais atuante do cidadão nas atividades da Administração Pública, na verdade, um pressuposto constitucional, foi talvez temida ou convenientemente esquecida pelos gestores municipais.

Assim, a população, depois de chamada a participar e discutir sobre sua cidade, chegando até mesmo a se empolgar, viu-se novamente excluída e, evidentemente, não se reconheceu mais participante do processo urbano, como também não mais reconheceu a cidade como sua, pelo contrário, sentiu-se alijada, desprezada, e teve este sentimento de exclusão aumentado sempre que precisou dos serviços públicos, pela sua inexistência ou má qualidade, expressa nos serviços de saúde, na educação, nos transportes, na iluminação pública, no aumento da violência, na falta de acesso à terra urbanizada, nas injustiças e na cada vez maior desigualdade social.

Como reconhecer e respeitar quem não lhe reconhece e não lhe respeita? O lixo nas ruas, os atos de vandalismo nas praças, as depredações em prédios públicos e o descrédito das ações do governo são, muitas vezes, apenas expressões de reciprocidade a quem tanto maltrata e ignora. Em muitos municípios, a sensação que se tem é que população e governo vivem em lados opostos.

O “participativo” dos planos diretores tem, na maioria das vezes, passado longe da população, embora tecnicamente se cumpram todas as exigências legais durante a sua elaboração, trata-se de pura maquiagem. Fica restrito no máximo, à parte onde a população é instada a “sonhar” a cidade que se deseja (embora sempre balizada pelos técnicos entre “o que queremos e o que podemos”). Já na hora de sua implantação, a população tem ficado esquecida, ou melhor, estrategicamente ignorada, um verdadeiro embuste. O cotidiano das práticas administrativas não tem permitido e assim, a realidade não é modificada. Na minha percepção de então,

delegar aos municípios a responsabilidade pelo sucesso dos planos diretores não era um desafio, era uma sentença de condenação pelo evidente fracasso.

Decidi, desde esta época, não trabalhar mais com planejamento urbano enquanto não tivesse respostas adequadas para a efetividade dos planos diretores. Me sentia como que enganando a população carente, embora cumprindo todos os aspectos técnicos e legais previstos para a elaboração dos planos. Recusei muitos outros convites para realizar trabalhos semelhantes, por não acreditar mais na eficácia da solução proposta e assim poder estar ludibriando populações tão esperançosas. Desta forma, esta questão tornou-se também um problema pessoal para mim, afinal, buscamos todos uma cidade mais justa, democrática e sustentável que possa, de alguma forma, atender a realização dos nossos sonhos.

Como este mesmo cenário se repetiu em muitos outros municípios do país, tornou-se evidente o fracasso dos Planos Diretores Municipais enquanto peça-chave do planejamento urbano brasileiro, e diante da crescente urbanização da população, a problemática se agrava a cada dia tornando-se incompatível com um desenvolvimento sustentável. A questão principal de que trata este trabalho é uma crítica ao planejamento urbano e aos planos diretores, não uma crítica convencional, de fundo político-social, como a maioria das críticas que encontramos comumente, mas sim uma crítica epistemológica, uma reflexão sobre os pressupostos, a utilização, os limites do conhecimento científico neste mundo globalizado e suas consequências no desenvolvimento sustentável das cidades. Cabe ressaltar que a epistemologia a que me refiro não é aquela normativa típica do paradigma positivista, mas sim uma epistemologia contemporânea, marcada pelo diálogo entre caminhos possíveis para construção do saber, pós-positivista e caracterizada em termos de uma “Ecologia de Saberes”, que reflete a ecologia das culturas e dos tempos, necessária na busca de outras relações entre seres humanos e entre eles e a natureza, ou seja, na busca de novas respostas.

Buscar alternativas para tornar este desenvolvimento de nossas cidades sustentável, procurar outros caminhos, diferentes daqueles tradicionais, cujos resultados já conhecemos e justamente queremos evitar. Caminhos que sejam significativos para aqueles que trabalham hoje com o planejamento urbano, de forma a permitir uma melhor compreensão do atual estágio em que nos encontramos, tentar encontrar as possíveis causas que estão por trás dos problemas, e poder vislumbrar

alternativas, caminhos novos a serem descobertos conjuntamente, a serem experimentados, se necessário adequados, corrigidos e recomeçados.

É importante também salientar, que não se pretende com esta crítica epistemológica, negar a importância do conhecimento científico no desenvolvimento da sociedade e no progresso tecnológico, nem tampouco desconsiderar suas problemáticas, mas sim, contribuir com alternativas, novas formas de pensar e, vislumbrar a construção conjunta de um novo caminho.

Como tal, trata-se de um trabalho eminentemente teórico, amparado em pesquisa bibliográfica e na minha experiência como profissional da área do planejamento urbano e também como servidor público. Adotei uma abordagem qualitativa, entendendo ser a metodologia mais adequada para este tipo de estudo, através de uma pesquisa exploratória na forma de pesquisa bibliográfica. Segundo Goldenberg (2011), na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento de sua compreensão. Para Gil, as pesquisas que se propõe à análise de diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p. 45).

Início o trabalho descrevendo as cidades sustentáveis, conforme abordado pelo Estatuto da Cidade, a Lei Federal nº 10.257/2001, porque é dela que se baseiam as ações desenvolvidas pelos milhares de municípios brasileiros, no tocante ao seu desenvolvimento urbano, através dos planos diretores municipais. Abordo os conceitos de sustentabilidade, de desenvolvimento, contraditórios e polêmicos, para na sequência analisá-los conjuntamente quando aplicados às cidades. Finalizando este capítulo, faço um breve histórico da luta popular pelas cidades sustentáveis que resultou num dos maiores avanços legislativos da política urbana brasileira.

No terceiro capítulo, trato sobre o planejamento urbano brasileiro, abordando as consequências drásticas que a substituição da Reforma Urbana pelos Planos Diretores trouxe à política urbana nacional. Em seguida, analiso os planos diretores municipais enquanto peça chave do planejamento urbano brasileiro, sob o ponto de vista de diversos autores e sob a ótica do governo federal, constatando suas

problemáticas e limitações, levando também a abordar a concepção de planejamento e de planejamento urbano. A constatação da imposição de visão de mundo e valores colonialistas, de dominação epistemológica presentes na concepção de planejamento como também nos planos diretores, me levaram a abordá-los sob um novo prisma, uma crítica epistemológica baseada na Ecologia de Saberes, tratados nas seções subsequentes.

No quarto capítulo, abordo a importância da epistemologia contemporânea para os não-filósofos, profissionais que trabalham na esfera pública, reflexão fundamental para formação destes “novos sujeitos públicos profissionais”, na busca de novas respostas baseadas em novas formas de pensar, e a constatação da perspectiva teórica que decidi adotar na busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável das cidades, especificamente, de que o problema dos planos diretores municipais é eminentemente epistemológico.

[...] o que se apresenta como novo nos assusta, às vezes, pela sua indefinição excessiva, pela confusão, falta de objetividade... todas características que chocam com o ideal do que deveria ser o saber científico, pelo que aprendemos dele em nossa formação acadêmica e de pesquisadores (GIANNELLA, 2013, p. 84).

No quinto capítulo, abordo a busca por novas racionalidades analisando como entendemos o conhecimento da forma como o pensamento dominante nos impõe e como isto tem sido limitante e prejudicial. A destronização do saber mostra ser uma necessidade premente diante da constatação de que a ciência atual não tem sido mais suficiente na solução de nossos problemas, e daí a necessidade da ampliação de novas formas de racionalidade e conhecimento.

Em minhas considerações finais, destaco a necessidade de que nossas universidades invistam na formação de “novos sujeitos públicos profissionais”, profissionais com uma consciência epistemológica difusa, capazes de reconhecer os limites e potencialidades da ciência, como também reconhecer as várias outras formas de construção do saber, a importância do diálogo e da reflexão, a inclusão destes outros saberes através de seus detentores na busca compartilhada de outras relações entre seres humanos e entre eles e a natureza, visando a construção de cidades sustentáveis.

2. CIDADES SUSTENTÁVEIS

Cidades sustentáveis, conforme o texto da Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001), mais conhecida como Estatuto da Cidade, são aquelas onde o cidadão tem assegurado o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

A cidade é entendida muitas vezes como algo oposto à natureza, e dependendo da forma como se vê o mundo, realmente pode ser oposto.

É exemplar o caso de Sheyla Juruna, indígena do Xingu, conforme entrevista à jornalista Eliane Brum (2011). Após uma viagem à Europa, para protestar contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, foi perguntada sobre o que tinha achado da Europa, da arquitetura, da arte, dos museus, e das principais capitais europeias, assim respondeu:

Eu estranhei. Fiquei triste e oprimida. Não consegui enxergar beleza. É um mundo de concreto. Terrível. Só conseguia pensar no que havia antes do que foi destruído para que aquilo tudo pudesse existir. Só conseguia pensar nos povos que viviam lá, antes de virarem História [...] A vida não está apenas nas árvores e nas flores, no rio que corre livre e cristalino nem nas espécies de peixes, pássaros, animais e insetos, mas num modo de ver e estar no mundo (BRUM, 2011).

Este modo de se ver e de se estar no mundo dá a dimensão do grande desafio que é tentar tornar sustentável o desenvolvimento das cidades.

A própria expressão “Desenvolvimento Sustentável” é daquelas que necessitam de maior clareza para o seu perfeito entendimento, diante da grande confusão que existe em torno das palavras que a compõe, conforme relata o economista José Eli da Veiga, professor titular da FEA-USP (VEIGA, 2013).

Quando relacionada às cidades brasileiras, a dificuldade é ainda maior devido à grande complexidade que lhe é adicionada, visto estarmos tratando dos atuais processos de transformação de uma sociedade, ora em estado de quase ebulição, fundamentada no aumento constante dos níveis de produtividade do trabalho, que requer também um aumento constante dos níveis de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, níveis correspondentes de infraestrutura e serviços urbanos, nas palavras do Prof. Csaba Deák, FAU-USP. (DEÁK; SCHIFFER, 1999).

2.1. A sustentabilidade

Segundo Veiga (2013), a expressão sustentabilidade durante muito tempo foi utilizada por dois círculos muito restritos de cientistas, basicamente os que lidavam com engenharia de pesca ou com engenharia florestal. A questão sempre girava em torno de assuntos como, no caso da pesca, até onde poderia se pescar sem comprometer a reprodução do cardume, ou num caso mais complicado, até quanto poderia se pescar sem, não somente não comprometer a reprodução do cardume como o próprio equilíbrio do ecossistema.

No final dos anos 70, em seminários da ONU, surgiu a ideia de usar aquela expressão que era usada apenas pelos engenheiros de pesca, pelos engenheiros florestais ou pelos agrônomos para colocar ao lado da palavra desenvolvimento. Nos meados dos anos 80 ela passou a ser muito usada nas reuniões internacionais, até que, em 1987, uma grande comissão foi organizada pela ONU, com componentes de muitos países para discutir a questão de que se era ou não compatível o desenvolvimento ou o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais ou do meio ambiente. No relatório dessa comissão, que leva o nome de sua coordenadora, Gro Harlem Brundtland, o foco todo foi dado a essa expressão como uma possibilidade de haver conciliação entre crescimento econômico ou desenvolvimento e conservação dos recursos naturais e foi então que surgiu a frase que é a definição mais conhecida, e repetida, de que desenvolvimento sustentável seria atender as necessidades do presente sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. Esse relatório teve muita influência e pouco depois houve a Rio-92 onde a expressão foi consagrada, e de 92 para cá passou a ser usada amplamente.

Veiga (2013), explica que desde então o adjetivo “sustentável” passou a ser usado das mais variadas maneiras criando uma grande confusão, pois, por exemplo, é totalmente diferente dizer desenvolvimento sustentável ou crescimento sustentável. Quando os economistas usam a expressão crescimento sustentável eles estão se referindo a um crescimento econômico que se sustenta no tempo, que seja durável. Quando falam numa taxa de crescimento de 3 ou 4%, por exemplo, estão falando num crescimento durante, não apenas alguns anos, depois uma oscilação, mas sim numa taxa de crescimento que possa se manter no tempo, e não tem nada a ver com a questão ambiental ou com a questão dos recursos naturais. Há, portanto,

um sério problema com a expressão “sustentável” e com o que se entende por “sustentabilidade”, sobretudo aplicada a uma sociedade, não sobre um cardume.

Sustentabilidade hoje é um termo utilizado como adjetivo e não como substantivo (BOFF, 2011), uma espécie de etiqueta de garantia de que empresa está respeitando o meio ambiente, o que lhe garante uma boa imagem no mercado. Segundo Boff, como adjetivo é agregada a qualquer coisa sem mudar a natureza da coisa, e assim ela pode esconder muitas verdades, como por exemplo, maquiagem seus produtos ou mesmo uma etapa de sua produção sem, no entanto, modificar a maneira com que a empresa se relaciona com a natureza, com a utilização dos recursos naturais para sua produção e continuar devastando, explorando o meio ambiente e se preocupando apenas com o lucro e com a competição que tem que ser garantida. A sustentabilidade é apenas de acomodação e não de mudança, é adjetiva, não substantiva. Sustentabilidade como substantivo, como defende Boff (2011), exige uma mudança de relação para com a natureza, a vida e a Terra, exige uma outra visão da realidade, de interação entre ser humano e natureza, onde são evidentes as interligações entre as nossas ações e o meio ambiente que habitamos. Exige também responsabilidade por estas ações e a necessidade de se adotar uma nova postura, um novo modo de se estar no mundo com os outros.

2.2. O desenvolvimento

Com a expressão “desenvolvimento” o problema é ainda maior. Segundo Veiga (2013), a primeira resposta, a resposta mais comum, e também a resposta mais forte sobre o que é desenvolvimento, é crescimento, porque os economistas raramente fazem a diferença entre crescimento e desenvolvimento. São muito poucos os que não usam as duas expressões como se fossem absolutos sinônimos, sendo comum o uso da palavra desenvolvimento, quando a pessoa está se referindo basicamente a crescimento econômico. Até por volta dos anos 60, todo mundo atribuía que a ideia do desenvolvimento (que ganhou muita força, sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial, e virou um dos grandes objetivos das Nações Unidas), era justamente fazer com que países menos ricos ou pobres se tornassem ricos, como os países ricos, que já eram ricos há muito tempo. O que começou a acontecer é que muitos países que tiveram um crescimento econômico muito importante, não mostravam os sinais daquilo que as pessoas chamavam de desenvolvimento. Os

países cresciam a taxas muito altas, mas a pobreza em vez de diminuir, aumentava, as pessoas não tinham acesso à educação, nem sempre as pessoas tinham indicadores de saúde melhorando, enfim, um cenário que não é muito diferente daquilo que nós conhecemos, porque o Brasil foi desses países, que cresceu de maneira espetacular na década de 50, mas não mostrava nenhuma dessas outras características que as pessoas estavam acostumadas a atribuir à ideia de desenvolvimento, outros valores. E aí então começou a haver uma pergunta a respeito da diferença entre as duas ideias e um grande debate que culminou em 1990 com os relatórios do desenvolvimento humano lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD.

De fato, de 90 para cá, não só se estabeleceu claramente a diferença entre as duas coisas, inclusive dizendo que o crescimento é um dos meios de atingir o desenvolvimento, mas o desenvolvimento não se confunde com ele, inclusive que é um fim.

Uma segunda resposta apontada pelo Prof. Veiga (2013), que é muito menos conhecida, particularmente no Brasil e na América Latina, mas que tem uma força muito grande e crescente em países como os Estados Unidos, a França, etc., é dizer que desenvolvimento no fundo é uma miragem. Isto é, as pessoas falam, pensam, querem desenvolvimento, mas elas estão iludidas. Se a gente olhar para o século XX, por exemplo, muitos poucos países conseguiram transpor esse golfo que existe entre o que são os países subdesenvolvidos ou pobres e os países ricos ou desenvolvidos. São poucos casos, olhando para um critério de PIB per capita, pode-se citar o caso do Japão, talvez o da Itália, talvez a Coreia mais recentemente. Então toda a argumentação é em cima do fato de que foram tão raros os países que conseguiram se desenvolver, que se trata de um mito, de uma ilusão. Nos países do dito Terceiro Mundo houve uma explosão urbana, uma tamanha concentração de população nas grandes cidades, populações que não podem ser incluídas, e que se tivesse alguma chance de isso ocorrer, essas sociedades tinham que ter uma capacidade de inovação tecnológica, teriam que ter investido muito em ciência e tecnologia, coisa que elas não fizeram, então estes países, como por exemplo, todos os países da América Latina estão condenados a ficar na situação que estão atualmente. Há uma grande descrença na possibilidade de desenvolvimento. Há um grupo muito grande de autores que se desiludiram totalmente com o desenvolvimento e que acham que desenvolvimento é na verdade uma ideologia criada pelos Estados

Unidos, principalmente através da doutrina Truman, do famoso discurso do ponto quatro, que criou essa ideia de desenvolver os países descolonizados e os da Europa do Leste, que durante um tempo os aliados imaginaram que eles teriam essa mesma tarefa em relação à Europa do Leste caso ela não caísse sob domínio da União Soviética, entre eles, alguns publicados em português, como Wolfgang Sachs, sociólogo alemão, autor do Dicionário do Desenvolvimento e Serge Latouche, economista e filósofo francês.

Na visão de Wolfgang Sachs (2000), o discurso do desenvolvimento compõe-se de uma rede de conceitos-chave, tais como pobreza, produção, igualdade, entre outros, que surgiram e se tornaram conhecidos pela primeira vez na história moderna do Ocidente e só depois disso foram projetados para o resto do mundo. Em cada um deles cristaliza-se um conjunto de premissas que reforçam a visão ocidental do mundo. O desenvolvimento divulgou essas premissas de uma forma tão extensa que, em todas as partes do mundo, populações inteiras se viram presas à uma percepção ocidental da realidade. E no momento em que o desenvolvimento fracassou como empreendimento socioeconômico, defende que é de importância primordial que nos libertemos do controle que exerce sobre nossas mentes. Assim, atribuem a ideia do desenvolvimento a uma ideologia construída e que no fundo causou basicamente prejuízos, principalmente porque ela, esse ímpeto das organizações promoverem o desenvolvimento na África, etc., significou principalmente a destruição de sociedades que eram construídas com outros valores, que tinham um outro tipo de vida e de maneira de se comportar e de pensar e que eram muito positivos.

A terceira resposta, segundo Veiga (2013), é uma espécie de caminho do meio. São autores que não aceitam de maneira alguma que se possa entender o desenvolvimento como puro crescimento, mas também não aderem a essa ideia negativa, pessimista, em relação à ideia do desenvolvimento. Veiga (2013), menciona o pronunciamento de uma professora de Cambridge que se utilizou da seguinte metáfora para explicar desenvolvimento: para ela, desenvolvimento era como um elefante, muito difícil de se definir, mas muito fácil de se reconhecer. E essa frase, segundo Veiga, é importante porque mesmo que a gente tenha dificuldade de definir o que é o desenvolvimento, quando vamos para um país desenvolvido ou quando num mesmo país a gente vai para uma região mais desenvolvida, reconhece-se isso, embora se tenha muita dificuldade de dizer exatamente o que quer dizer isso. E se

fizermos esse exercício, vamos perceber que em situações de desenvolvimento as pessoas têm mais oportunidades, tem mais escolhas, inclusive de serem o que elas gostariam de ser na vida.

Essa amplitude de escolhas, conforme Veiga (2013), é a base do raciocínio de Amartya Sen, economista indiano, para interpretar o desenvolvimento como um processo fundamentalmente de expansão da liberdade humana ou das liberdades humanas.

A mais básica delas é a de viver uma longa vida, ou seja, algo elementar na ideia de desenvolvimento é entender que as pessoas deveriam ter o direito de viver o máximo possível. Hoje em dia a expectativa de vida, dependendo dos países, está entre os setenta, oitenta anos. Não faz sentido que muitas pessoas não tenham o direito de viver até essa idade, que elas tenham que sucumbir por morte prematura, mas isso é muito mais comum do que se imagina. Não só que muito país tem expectativa de vida muito inferior, mas mesmo dentro de países que são considerados desenvolvidos há grupos de pessoas que estão muito longe de ter esta expectativa de vida. O exemplo mais chocante evidentemente é o dos afroamericanos, no caso dos Estados Unidos, em que apesar de terem renda per capita altíssimas comparadas com qualquer país pobre do mundo, quando se compara as expectativas de vida, esse grupo tem expectativa de vida inferior à China ou ao Sri Lanka ou à Índia, principalmente no caso dos homens negros.

A outra, evidentemente, que é óbvio, é o acesso à cultura, que passa pelo acesso à educação. Celso Furtado (1920 – 2004), economista brasileiro, também citado por Veiga (2013), diz que só quando existe um projeto social subjacente é que o crescimento econômico se transforma em desenvolvimento. A ideia básica é se entender, portanto, desenvolvimento como um processo de ampliação das oportunidades, das capacidades humanas, das possibilidades de escolha e, portanto, no sentido mais geral, uma ampliação das liberdades, uma expansão da liberdade.

2.3. O desenvolvimento e a sustentabilidade das cidades

Todas as contradições entre desenvolvimento e sustentabilidade não poderiam ser mais explícitas do que na construção das cidades. Nestas, às vezes elas se tornam mais sombrias, pela proximidade com o nosso cotidiano e a crescente escalada da segregação socioespacial, traduzidas por todos os níveis de poluição, de

exclusão, de insegurança, violência, e de tensão que é a vida nas grandes, e atualmente até mesmo nas cidades de médio porte.

As cidades hoje, conforme Antonio Risério (2012), tanto no Brasil, como no mundo afora, vivem um grande processo de segregação sócio-territorial ou socioespacial expressos na formação de favelas, de bairros desassistidos na periferia, conjuntos habitacionais decadentes, gente acampada em prédios abandonados, moradores de rua, drogados, todos carentes de infraestrutura e equipamentos urbanos. Os pobres são segregados, expulsos de certas áreas da cidade e confinados em áreas mais distantes e, geralmente, também precárias ambientalmente. Já os ricos, delimitam determinadas áreas urbanas, com boa infraestrutura, mais ou menos policiadas e se estabelecem em prédios, condomínios, edifícios empresariais, comerciais e shoppings protegidos por grades, muros com cercas elétricas, alarmes, sensores, câmeras, portarias e segurança privada.

Segundo Ojima e Marandola Jr. (2012), o reconhecimento do desenvolvimento sustentável avançou muito nestes últimos anos, mas as mudanças práticas foram pouco significativas, e a cidade sustentável idealizada por diversos defensores da agenda ambiental é ainda uma utopia distante quando se analisam as condições de desigualdade social acumuladas após muito tempo de ausência da preocupação sobre as questões ambientais nos contextos urbanos.

Uma das grandes ameaças ao desenvolvimento sustentável é o aumento dos riscos, perigos e desastres que têm tornado as cidades lugares de violência, medo e insegurança. A vida nas cidades se tornou uma grande incerteza, e esta situação envolve todas as dimensões da vida urbana, desde as relações sociais, a gestão do território ou as políticas sociais urbanas. Conforme Ojima e Marandola Jr., “a fonte de tais riscos é o próprio modelo de desenvolvimento, baseado na técnica e na tecnologia, que acompanha a racionalidade da modernidade e seu próprio padrão de reprodução social” (OJIMA; MARANDOLA, 2012, p. 29).

Assim, para que sejamos capazes de pensar nas cidades sustentáveis precisamos nos focar na necessidade de incorporar as dimensões humanas das mudanças ambientais (sejam elas locais, regionais ou globais) para que o componente social e cultural (peça chave do processo) seja incorporado ao debate. Não há soluções técnicas para transformar aspectos culturais. A política da vida cotidiana deve ser entendida como um elemento fundamental nas transformações sociais contemporâneas (OJIMA; MARANDOLA Jr, 2012, p. 33).

De fato, muito tem se falado em desenvolvimento sustentável, e quando relacionado às cidades, pensa-se imediatamente em soluções tecnológicas que viabilizariam o uso racional da água, energia, tratamento do esgoto, reciclagem do lixo, redução da poluição, ciclovias, etc., mas poucas vezes pensa-se na manutenção da qualidade de vida da população.

2.4. A luta popular por cidades sustentáveis

Aprovada depois de quase onze anos de tramitação no Congresso Nacional, com a ativa participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa do direito à cidade e à habitação e de lutas cotidianas por melhores serviços públicos e oportunidade de uma vida digna, a Lei 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade, está em vigor desde 10 de outubro de 2001, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana objetivando principalmente o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia ao direito a cidades sustentáveis, através da elaboração, pelos municípios, de seus planos diretores.

O Estatuto da Cidade é considerado um dos maiores avanços legislativos da política urbana brasileira ao traçar diretrizes, regras básicas, e delegar aos municípios as atribuições de implementar os instrumentos trazidos pela nova lei através da edição de leis municipais, a principal delas a do Plano Diretor do Município, segundo o próprio Estatuto da Cidade, um novo e complexo sistema de atuação na questão urbana, marcado sobretudo pelo princípio da gestão democrática.

Passados mais de uma década de sua aprovação, o sentimento é que o Estatuto da Cidade é mais uma daquelas leis que “não pegaram”, ou seja, não saíram do papel, diante da grave situação em que se encontram atualmente as cidades brasileiras, principalmente aquelas com maior número de habitantes.

Milhares de Planos Diretores foram elaborados desde então. Segundo o IBGE, até 2013, dos 5.570 municípios brasileiros 2.785 já contavam com este instrumento básico do planejamento urbano (IBGE, 2014), entretanto, a realidade de nossas cidades expressa, cada vez mais, um cenário de deterioração da qualidade de vida presente e de desalento em relação às futuras gerações. Não se pode dizer que as cidades melhoraram no que diz respeito ao bem-estar coletivo da população, muito menos que a distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização esteja mais justa, pelo contrário, as cidades nunca estiveram tão

excludentes, desiguais e desumanas. A implementação dos planos, pelo menos na sua totalidade, nunca se deu, ficaram no papel e nunca se tornaram realidade. Os próprios congressistas, à época da apresentação da lei renunciaram: “Estatuto da Cidade: o desafio para os municípios está lançado” (BRASIL, 2002, p. 13)

Assim, depois de tanto esforço coletivo e legitimidade social, depois de tanta luta para sua aprovação pelo Congresso Nacional, o Estatuto da Cidade através dos planos diretores municipais tem apresentado resultados tão pífios que o clima de esperança desvaneceu, o movimento inicial perdeu a força, mas ainda se insiste na mesma opção, comprovadamente ineficaz. As prefeituras com as suas debilitadas contas continuam gastando somas vultuosas com consultorias e toda uma equipe técnica de profissionais multidisciplinares para elaboração e a revisão de planos diretores, e nas universidades, a mesma receita de planejamento urbano continua sendo ministrada aos novos profissionais desta área, como bem cita o Prof. Flávio Villaça (FAU/ USP):

[...] nas universidades aulas são dadas, teses são defendidas, seminários e conferências são pronunciadas louvando as virtudes de um Plano Diretor que nunca existiu, uma criação da razão pura, uma construção mental baseada na ideia pura, descolada da realidade social (VILLAÇA, 2012 p. 188).

O alerta dado pelos congressistas (BRASIL, 2002), de que a conquista só se efetivaria na medida em que as forças sociais que a construíram buscassem torná-la realidade no cotidiano das práticas administrativas de nossas cidades, não foi suficiente. É que as forças contrárias são maiores e mantém as coisas no estado em que estão, pois é evidente que os planos diretores poderiam contrariar interesses de grupos poderosos. Assim, a questão é como reverter esta situação e o que fazer para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma sustentável?

3. O PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO

Segundo Villaça (2012), para as camadas populares a questão urbana sempre esteve ligada às lutas pela Reforma Urbana, qual seja, da ruptura com a ordem urbana vigente nas cidades do país, por meio da mudança das regras excludentes de apropriação do território, regras que geram um espaço urbano injusto, do ponto de vista social, e degradado, do ponto de vista ambiental.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988 passou longe dos anseios populares por uma ruptura, ao restringir a dois artigos, os de números 182 e 183, que estabelecem que a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes será executada pelo poder público municipal, através do plano diretor, tornando obrigatória sua elaboração nos municípios com população superior a 20 mil habitantes (BRASIL, 1988).

Essa substituição da Reforma Urbana pelos Planos Diretores trouxe consequências drásticas para a política urbana nacional. Villaça defende que esta troca influenciou na definição tanto da pauta dos debates em torno da questão, como dos interlocutores deste mesmo debate, afastando os movimentos populares que nunca se interessaram por planos de uma área tão tecnicizada, e na visão deles, distante da solução de suas necessidades mais imediatas e prementes, e ao mesmo tempo abrindo espaço para os “urbanistas”, os entendidos no assunto que, teoricamente, detinham o conhecimento técnico necessário para a “ordenação da cidade” tal qual requerido pelo Plano Diretor. Tornou-se assim, também excludente.

3.1. Os planos diretores municipais.

Para o arquiteto e professor Flávio Villaça (2012), o planejamento urbano desenvolvido no Brasil nas últimas décadas tem sido efetuado por meio de diversas modalidades, as quais possuem características diferentes, como o controle do uso e ocupação do solo (através das leis de zoneamento e loteamentos), o planejamento de cidades novas, o planejamento setorial (de transportes, saneamento, etc.), o planejamento físico-territorial e também os Planos Diretores. Segundo Villaça, o Plano Diretor tem sido, nas últimas décadas no Brasil, uma das principais modalidades de

planejamento urbano, até porque incluída no texto constitucional, mas diferentemente de outras modalidades, como o controle do uso e ocupação do solo, que tem tido relativa aplicação prática em diversos municípios brasileiros ao longo de muitos anos, uma das características principais do planejamento urbano através dos Planos Diretores é, na sua quase totalidade, ficar apenas no papel, como letra morta.

Na sua concepção mais tradicional e predominantemente aceita, o Plano Diretor:

[...] seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico das realidades física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e a futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas essas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 2012, p.186).

A partir desta definição, muitos planos diretores pecam por excesso ao abranger propostas importantes para o município, mas que extrapolam a atribuição municipal, incluindo até mesmo questões de competência federal ou estadual. Como o plano não tem qualquer efeito sobre as ações de outros níveis de governo, acabam contribuindo para a inoperância e para o descrédito. Mesmo quando restrito a assuntos de competência municipal, sob o ponto de vista desta concepção mais ampla, na tentativa de tentar abrigar os mais variados temas, muitas vezes o plano diretor acaba incluindo dispositivos de outros setores como, por exemplo, o social e o econômico, tornando-se mais complexo, e ao mesmo tempo, aumentando a dificuldade de sua execução, até mesmo porque quase todas as propostas são exclusivamente sob a forma de princípios e diretrizes gerais, não possuindo nenhum comprometimento, nem ao menos político e muito menos de operacionalização. Assim, segundo Villaça, além de confuso e vago, o plano diretor é inócuo.

Conforme Silva Junior e Passos (2006), uma cidade cumpre sua função social quando se torna acessível para todos os seus cidadãos. Isto significa que os bens e equipamentos urbanos de saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento, lazer, emprego e renda devem ser usufruídos por todos, independentemente de sua condição social. Já a função social da propriedade urbana está diretamente associada ao bem-estar geral da coletividade. A propriedade não deve atender exclusivamente aos interesses do indivíduo-proprietário, mas sim da sociedade que compartilha o espaço.

Entre as principais diretrizes que devem ser destacadas no Plano Diretor estão: o desenvolvimento sustentável, a gestão democrática da cidade e o planejamento do desenvolvimento das cidades.

O desenvolvimento sustentável é o modelo de desenvolvimento que defende a harmonia entre a produtividade econômica, os seres humanos e o meio-ambiente, ou seja, a busca pelo equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental (SILVA Jr; PASSOS, 2006). Assim, por cidades sustentáveis devem ser entendidas aquelas que implementam políticas urbanas baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável e que possuem mecanismos de gestão que possibilitam o acesso de todos os cidadãos, desta e das futuras gerações, aos bens e equipamentos públicos e às riquezas naturais. A gestão democrática da cidade é o modelo de gestão pública, baseado no diálogo permanente do governante com a sociedade civil, inclusive, nos processos de tomada de decisão. O fortalecimento dos espaços de participação, através da mobilização da população e de suas instâncias de representação, deve ser uma premissa da administração municipal, para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. O planejamento do desenvolvimento das cidades tem como finalidade promover a justa distribuição espacial da população e das atividades econômicas, não somente do território do município, mas também da área sob sua influência, com vistas a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

3.1.1. O plano diretor sob a ótica governamental

Para o Ministério das Cidades, o Plano Diretor:

É um instrumento para garantir a todos os cidadãos do município um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade. O Plano Diretor é uma lei em que vai estar registrada a melhor forma de ocupar o território do município, o destino de cada parcela do território, para garantir que o interesse coletivo prevaleça sobre os interesses individuais ou de grupos. Como diz a Constituição Federal (art. 182), é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município. [...] Para definir a função social da cidade e da propriedade, e com isso conseguir soluções para os problemas que afligem os moradores das cidades brasileiras que cresceram de forma excludente e desequilibrada, penalizando principalmente a população mais pobre e destruindo o meio ambiente. (BRASIL, 2005, p. 73)

Realmente, a visão do governo federal sobre os planos diretores expressa uma forte preocupação com o social, entretanto, descentralizou as ações, atribuindo para os municípios a função de executá-la, mas não descentralizou os recursos, liberando-os, na maioria das vezes, politicamente, através das emendas parlamentares.

Por outro lado, o próprio Governo Federal tem atuado sobre as cidades de diversas maneiras, construindo avenidas, parques, conjuntos habitacionais, obras de drenagem, redes de água tratada, esgotamento sanitário entre diversas outras ações, entretanto, desconectadas daquilo que se convencionou chamar de planejamento urbano (VILLAÇA, 1999).

3.1.2. As problemáticas do plano diretor

Em 2013, urbanistas de São Paulo, na sua maioria professores de renomadas universidades, pesquisadores e pós-graduandos, assinaram um manifesto contra a proposta do novo Plano Diretor de São Paulo. Com o título de “Urbanistas pela Justiça Social”, proclamavam: “Afim, pra que serve um Plano Diretor? Se ninguém respeita...” (ROLNIK et al., 2013). Segundo o trecho inicial do manifesto:

[...] em geral, após a euforia que acompanha a elaboração dos Planos Diretores, cada um se recolhe ao seu canto e a cidade continua a ser dominada pelas mesmas forças de sempre. Depois de apoiar os Planos Diretores, os lobbies e o próprio Estado se orientam segundo interesses que o contrariam. [...] Não raro, a complexidade da redação do plano e dos instrumentos propostos cumpre a função de escamotear as verdadeiras intenções dos que controlam o destino da cidade (ROLNIK et al. 2013)

Entre os urbanistas manifestantes, três membros do Conselho da Cidade, Raquel Rolnik, João Whitaker e Ermínia Maricato, que também foram, anos atrás, importantes personagens na luta pela elaboração e aprovação do Estatuto da Cidade, luta esta conduzida a partir da ativa participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa do direito à cidade e à habitação e por melhores serviços públicos e oportunidades de uma vida digna. Hoje, devem estar se perguntando, tanto esforço para quase nada?

A primeira impressão, a mais simplista, é a de que existe algo errado ou de que falta alguma coisa nos planos diretores municipais, para que eles possam

“funcionar” corretamente e assim as cidades “desenvolverem-se” como planejado. Entre essas principais limitações do plano diretor, são apontadas:

3.1.2.1. Limitações normativas

A elaboração destes planos diretores municipais segue toda uma metodologia estabelecida em lei e é considerada uma peça-chave no planejamento urbano das cidades. Construído democraticamente, preservando o bem-estar coletivo da população, elaborado conjuntamente por uma equipe técnica multidisciplinar, os planos diretores deveriam, a partir de sua implementação, constituir um novo e complexo sistema de atuação no contexto urbano, marcado sobretudo pelo princípio da gestão democrática e da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. Entretanto, seus resultados têm sido, na maioria das vezes, pouco efetivos.

O efeito paralisante é, sem dúvida, a característica principal dos planos diretores. Na análise de Villaça (2012), o golpe mais severo e sutil nas questões urbanas, veio na forma de entrave burocrático com a entrada do Plano Diretor como documento legal. Para que algumas políticas na área da Reforma Urbana pudessem ser implementadas pelos Estados e Municípios, com o tratamento dado à matéria pela Constituição, inserindo o Plano Diretor no meio da questão, os governos municipais ficaram impossibilitados de implementar diretamente uma política específica, precisando antes, contemplar a questão na Lei Orgânica e depois no Plano Diretor. E como a maioria dos Planos Diretores nasceu de modelos da década de 1970 e 1980 que consiste em um documento de princípios, objetivos e diretrizes gerais que, necessariamente dependem de leis complementares para serem aplicados, nem mesmo com o Plano Diretor se resolve a questão. É o que hoje se assiste nas cidades brasileiras, um emaranhado de leis pouco efetivas e confusas que impossibilitam maior fluidez e transparência das ações do executivo municipal na área da política urbana.

3.1.2.2. Limitações à participação

Há ainda que se considerar o pouco envolvimento dos movimentos populares nas reuniões de Planos Diretores. Como bem esclarece Villaça (2012), a

escala da cidade é fundamental, e assim, numa cidade das dimensões de São Paulo, onde um tema como o Plano Diretor, que se refere à cidade como um todo, às suas questões mais globais, e que, portanto, não se refere a nenhum bairro ou região em particular, nem ao atendimento de nenhuma reivindicação imediata e concreta de obtenção de serviço ou equipamento, tal tema passa ao largo do interesse e das prioridades dos movimentos populares, e na sua ausência o Plano Diretor acaba carecendo de interlocução com as camadas populares. Somente em questões setoriais, como saúde, moradia, transporte, quando estava em jogo o atendimento de reivindicações concretas e mesmo conquistas imediatas, é que há relativo sucesso.

Mas mesmo nas pequenas e mais distantes cidades o desinteresse também é sentido, na medida em que a participação popular é fortemente influenciada e manipulada pelos governos locais, quase sempre vinculada a algum tipo de benefício individual, contaminando os resultados.

Outra questão de ordem prática é que as reuniões são realizadas nos horários mais inconvenientes, geralmente naqueles em que a maioria da população está trabalhando e assim não pode comparecer aos eventos, que ficam então restritos aos convidados e “patrocinados” pelo governo local, numa maquiagem de participação.

Há também que se considerar um aspecto cultural importante, o alto grau de individualismo, em oposição ao coletivismo, presente em nossa população. As camadas populares, principalmente aquelas mais carentes de recursos, vivem preocupadas com o aluguel atrasado, com falta de alimento à mesa, com problemas de saúde da família, com as dificuldades na educação dos filhos, a carência de creches, a violência das ruas, o transporte deficiente, o emprego precário. Para eles, a não ser que vislumbre uma solução imediata para seus problemas, dificilmente cederá seu escasso tempo em reuniões intermináveis e assuntos tão complexos e de linguajar difícil. No seu modo de pensar isso é assunto para quem tem a vida resolvida, ou então, trata-se de problema dos políticos. Conta negativamente também, o momento atual de descrédito por que passam os governos, gerando desconfiança e afastando muitos daqueles que poderiam participar.

Esta associação do desinteresse das camadas populares e do cidadão ainda na fase de elaboração do plano teve como consequência fatídica, além dos evidentes prejuízos, praticamente o seu abandono na fase de implementação. Sem

maiores cobranças e pressões, os planos ficaram à mercê dos interesses do mercado, dos investidores, os quais puderam sem muito esforço, exercer o seu domínio.

3.1.2.3. *Limitações financeiras*

Com relação ainda aos planos diretores, é preciso que algumas ideias equivocadas sejam desfeitas. Villaça (2000), aponta que a crença de que os planos podem resolver os problemas urbanos ou de que sua falta traz crescimento caótico é totalmente falso, pois o que resolve estas questões não é plano, mas sim investimento. O autor deixa claro que os planos podem e devem ser utilizados para racionalizar e otimizar os investimentos, mas que o plano por si só nada realiza. Aponta, exemplificando, que as áreas que tem o suposto crescimento caótico, que são ocupadas por população de baixa renda, são carentes de infraestrutura urbana não pela falta de plano, mas sim por falta de investimentos, e afirma também que as escolas, as boas avenidas e parques dos bairros de alta renda também estão lá, não é porque estão em plano algum, mas é porque para lá foram destinados recursos financeiros. Torna-se evidente, argumenta Villaça (2000), que não são os planos, mas as políticas públicas, pois se fossem os planos, porque eles só funcionam nos bairros de alta renda e nos bairros pobres não, ou então por que só os bairros ricos possuem plano, ou ainda por que os bairros de alta renda crescem de forma ordenada e os de baixa renda de forma desordenada?

A verdade é que a existência ou não de infraestrutura e de equipamentos sociais nada tem a ver com “planos” ou “crescimento ordenado”. Se os planos tivessem o mágico poder de eliminar a pobreza urbana e as áreas degradadas, das duas uma. Ou eles seriam certa e fartamente utilizados por nossos governantes e eliminariam as áreas pobres e de baixo padrão urbano, ou seja, eliminariam o tal “crescimento anárquico”, ou nossas elites e governantes seriam ineptos e incompetentes por não se utilizarem de instrumento tão miraculoso (VILLAÇA, 2000, p. 4).

Com a segregação urbana, o espaço é reificado, tudo se passa como se o próprio espaço tivesse poder. “A segregação é o estratagema utilizado pela classe dominante para otimizar o uso desse poder” (VILLAÇA, 2012, p. 290).

[...] populações de diferentes regiões (de diferentes classes sociais) de uma cidade têm problemas diferentes e pressionam o poder público de forma duplamente diferente: em primeiro lugar, com força ou poder político diferentes e, em segundo lugar, a respeito de problemas diferentes (VILLAÇA, 2012, p.290).

3.1.2.4. Outras limitações

Outra característica problemática dos planos diretores é a de serem dissimuladores. A superestimação dos poderes do Plano Diretor serve como nuvem de fumaça para desviar a atenção do principal, ou seja, dos problemas do espaço urbano, da questão da terra, da habitação, que tanto afligem os movimentos populares pela Reforma Urbana.

Ao incluir temas tão variados ao Plano Diretor à guisa de torna-lo “completo”, desvia-se a atenção para outras questões delicadas e sensíveis às camadas mais pobres da população, como desenvolvimento econômico, renda, emprego, e principalmente distribuição da riqueza gerada na cidade, com debates acalorados, extensos e cansativos que redundam em princípios, propostas e diretrizes gerais, os quais ainda dependem de futuras leis complementares para possibilitar sua aplicabilidade. Agindo assim, na visão do governo, consegue-se um Plano Diretor “participativo”, ou seja, em que propostas foram calorosamente debatidas (embora sobre outras questões) e como a maioria delas depende de futuras leis complementares, finda-se por aprovar um plano inócuo, inútil para a maioria da população que é forçada a viver à margem da lei urbanística, mas que atende perfeitamente aos interesses imobiliários dos grupos econômicos que detém o poder.

Na prática, tudo permanece como planejado pelas “elites” que detém o poder econômico e político da cidade: o domínio do planejamento urbano pelos grupos que representam o interesse imobiliário, e com isso, o controle do acesso à terra através de instrumentos urbanísticos, o direcionamento dos investimentos públicos para os locais de seu interesse, a sutil apropriação dos terrenos através de processos de gentrificação¹, e os óbvios ganhos com a especulação imobiliária. O Plano Diretor não passa realmente de propostas, objetivos e diretrizes gerais, sem nenhuma aplicabilidade.

Outro ponto em que os planos diretores municipais podem exercer muitas injustiças sociais é a questão fundiária. Para Ermínia Maricato, professora da FAU/USP e ex-Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2011), a questão central da política urbana brasileira é a questão da terra, da distribuição de ativos, de terra urbanizada, hoje dominada por um mercado restrito, elitista e especulativo. Como a maior parte da população não tem acesso a este mercado, não cabe na cidade, ou seja, acaba tendo que se instalar em áreas distantes, desprovidas de

infraestrutura, geralmente ambientalmente frágeis e ilegais. Trata-se, portanto, de duas cidades, uma é a cidade do mercado, dominada por poucos e a outra é aquela construída pela população pobre, principalmente aquela representada por famílias com renda até três salários mínimos, que constituem 90% do déficit habitacional. Os planos diretores poderiam regular este mercado, há instrumentos previstos para isto, mas não o fazem, e assim a população pobre é “empurrada” para cada vez mais longe das áreas urbanizadas (essas últimas, diga-se de passagem, urbanizadas com o imposto pago por todos), no chamado processo de “gentrificação”, muitas vezes envolvendo violência e prejuízo ao meio ambiente.

Para finalizar, Villaça (2012) cita que os modelos nos quais os Planos Diretores se espelharam, nunca contemplaram a função social da propriedade e nem soluções para cidade real, ou seja a cidade da maioria, clandestina e ilegal. Os planos diretores contemplam a cidade legal, que recolhe impostos, que tem “direitos”. Assim, lutas adicionais continuam sendo necessárias para adequar o “modelo” à realidade brasileira dos dias atuais. Não há como desvincular os problemas sociais dos poderes, formais ou não, que conduzem a sociedade e que sobre ela atuam, não há como desvinculá-los dos poderes das classes sociais nem do Estado, e é forçoso reconhecer que, em última instância, a concretização imediata das transformações sociais é operada pelo Estado, que atua em função das pressões que sofre. O Estado é o instrumento por meio do qual as pressões se operacionalizam.

E assim, enquanto perdurar a “nuvem de fumaça”, as cidades brasileiras vão vivendo seus problemas e, para os grupos que detém o poder, torna-se muito conveniente jogar para o Plano Diretor toda a responsabilidade pelas tragédias urbanas.

Colocados em seu devido lugar, de que planos diretores são importantes na racionalização e otimização de investimentos, mas por si só nada realizam, continuamos com o impasse de como tornar o desenvolvimento das cidades sustentável.

1. Gentrificação: O fenômeno urbano que consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – caracteriza-se normalmente pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano (BATALLER, 2000, p.2).

3.2. O PLANEJAMENTO URBANO

Considerando as inúmeras problemáticas que limitam a ação dos planos diretores, conforme visto no capítulo anterior, evidencia-se que o plano diretor possui falhas evidentes com relação ao seu objetivo de tornar as cidades mais justas e sustentáveis, indicativo também de falha na sua concepção de planejamento, conforme passarei a abordar.

O planejamento, segundo o Wikipédia, é uma ferramenta administrativa, que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos, construir um referencial futuro, o trâmite adequado e reavaliar todo o processo a que o acoplamento se destina.

É, portanto, o lado racional da ação, um processo de deliberação abstrato e explícito, escolhendo, organizando e antecipando os resultados esperados, procurando alcançar da melhor forma possível, alguns objetivos pré-definidos.

Visto por esse prisma, um planejamento que permita uma constante realimentação de situações, com readequações e novas soluções, é justificável para atividades complexas que envolvam certo risco e custo e que necessitem de sincronismo com sistemas dinâmicos, como é o caso de algumas atividades pessoais, como uma viagem, a construção ou a reforma de uma casa, como também muitas atividades empresariais e até mesmo as urbanas.

No caso específico do planejamento urbano, é aquele que está ligado ao processo de criação e desenvolvimento de programas e serviços que visam melhorar a qualidade de vida da população de áreas urbanas, um tipo de planejamento que lida basicamente com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano.

Assim, nas cidades, determinadas atividades podem e devem ser planejadas visando um melhor desempenho e economia, como efetuar as obras de saneamento antes do calçamento das vias, ou mesmo delimitar áreas ambientalmente frágeis e, portanto, impróprias para habitação, para ficar em exemplos bem simples. Mas há muitos outros casos do planejamento urbano, não tão simples e óbvios, ao contrário, envolvem sérios conflitos de interesse, comunidades, costumes e tradições, classes sociais, investimentos públicos, mercado imobiliário e poder.

É deste último planejamento que os planos diretores municipais fazem parte, um planejamento que tem seu lado prático e, poderíamos dizer até, “ingênuo”, mas que também possui um outro lado que pode se mostrar insidioso e perverso, principalmente em países do Terceiro Mundo, onde o planejamento foi associado a processos de dominação e controle social.

Segundo o antropólogo colombiano Arturo Escobar (2000), as técnicas e práticas do planejamento, simbolizando a aplicação do conhecimento científico e técnico ao setor público foram essenciais para o desenvolvimento desde o seu início, dando-lhe legitimidade e credibilidade. O planejamento foi utilizado durante décadas para inserir o modo de vida e economia capitalista em países considerados do Terceiro Mundo, partindo-se do conceito (errôneo, segundo o autor) de que planejamento implica na certeza de que mudanças sociais podem ser forjadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas. Assim, a ideia de que com planejamento adequado os países pobres poderiam progredir foi aceita como uma verdade incontestável, sem críticas e questionamentos.

O planejamento na Europa surgiu no início do século XIX, quando o crescimento das cidades industriais decorrentes do capitalismo e da Revolução Industrial² resultou em rápidas e drásticas mudanças na disposição das cidades, densamente povoadas, desorganizadas e esfumaçadas com a proliferação de fábricas, e também com o lixo, com os esgotos nas ruas, a exigir dos funcionários municipais e reformadores, soluções para os sérios problemas urbanos de saúde, as obras públicas e as questões relacionadas com o saneamento, estabelecendo, então, as bases do planejamento urbano.

2. Em seu sentido mais pragmático, a Revolução Industrial significou a substituição da ferramenta pela máquina, e contribuiu para consolidar o capitalismo como modo de produção dominante. Esse momento revolucionário, de passagem da energia humana para motriz, é o ponto culminante de uma evolução tecnológica, social, e econômica, que vinha se processando na Europa desde a Baixa Idade Média. A substituição das ferramentas pelas máquinas, e do modo de produção doméstico pelo fabril, bem como a evolução tecnológica e a busca por novas fontes de energias, fizeram crescer o número de estabelecimentos industriais, e conseqüentemente, de operários vindos do meio rural para suprir a grande demanda de mão de obra necessária para a indústria. O grande contingente de trabalhadores que surgiram, fez nascer uma nova classe social, o proletariado. Para abrigar essa nova classe de trabalhadores, foi criado um novo modelo de complexo urbano, onde a fábrica era seu núcleo principal formador juntamente a um conjunto de estabelecimentos com intenção de dar aporte aos novos bairros operários, que surgiram para abrigar a grande demanda dessa mão-de-obra. Nas diferentes cidades europeias, os primeiros bairros possuíam precárias condições para a vida humana, apresentavam grande densidade, intenso aproveitamento do terreno e ausência de espaços livres e pátios (MILANO, 2011, p. 2).

A cidade passou, assim, a ser imaginada como um objeto, passível de ser analisado cientificamente. À proporção que essa ordem sanitária e industrial foi tornando-se predominante, o valor tradicional e histórico das cidades e aquela relação ainda mais íntima entre a cidade e seus habitantes foram sendo destruídos

Naquela época, oriundas da área rural, ninguém se acostumou ao trabalho nas fábricas, nem à vida em cidades superpovoadas e inóspitas, voluntariamente. A grande maioria precisou ser disciplinada e forçada a aceitar tais condições. No âmbito de outras também importantes mudanças daquela época, o planejamento urbano foi resultado de operações ideológicas, de dominação, que moldaram não só a estrutura da sociedade e suas instituições, mas também a maneira como as pessoas passaram a compreender a vida e se autodefinirem como sujeitos (ESCOBAR, 2000).

O gerenciamento do social criou cidadãos modernos que não só se tornaram dependentes de profissionais para satisfação de suas necessidades, mas foram também forçados a inserir-se em realidades (cidades, sistemas de saúde e de educação, economias, etc.) que podem ser controladas pelo Estado através do planejamento (ESCOBAR, 2000, P. 213).

Segundo Escobar (2000), outro fator fundamental para o êxito do planejamento foi a introdução da economia moderna para solidificar o mercado, num processo ligado à consolidação do capitalismo que presumia a transformação da terra e do trabalho em mercadorias. Como consequências desse processo, outras formas de organização econômica, tais como as que tinham como base a reciprocidade ou a redistribuição e as atividades de subsistência foram menosprezadas ou destruídas, contribuindo ainda para o aparecimento de formas inusitadas de exploração de pessoas e da natureza.

Planejar significava sobrepor-se às “tradições”, “obstáculos” e “irracionalidades” ou erradicá-los completamente, isto é, uma transformação total das estruturas humanas e sociais existentes, para substituí-las por outras consideradas racionais (ESCOBAR, 2000, p.215).

Em resumo, no período entre 1800 e 1950, houve a introdução progressiva dessas formas de administração e de controle da sociedade, do espaço urbano e da economia, redefinindo a vida social e econômica segundo critérios de racionalidade, eficiência e moralidade que são consoantes com a história e as necessidades do capitalismo e da sociedade industrial, mas não do Terceiro Mundo, resultando no planejamento como o conhecemos (ESCOBAR, 2000).

A visão de mundo dos planejadores, tanto no caso do “desenvolvimento” dos países do Terceiro Mundo, como no dos planos diretores, demonstra o controle e previsão da sociedade, tipicamente mecanicista, determinista e com suas dicotomias, um mundo composto por produções e mercados, por setores modernos e tradicionais ou desenvolvidos e subdesenvolvidos, de necessidades de ajuda externa e de investimento por parte de empresas multinacionais, de capitalismo versus comunismo, e assim por diante. Uma visão da ciência convenientemente apropriada para o lucro das empresas, das elites e de quem faz as políticas, cujas raízes estão fincadas no paradigma positivista que domina o conhecimento científico vigente.

Percebe-se nestas breves noções sobre planejamento a pretensa imposição de uma visão de mundo e de valores baseada na crença absoluta na ciência moderna, tomada como única e exclusiva forma de conhecimento válido, bem como a forte conotação colonialista, de dominação epistemológica, tal qual apontada por Santos e Menezes:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7).

Conforme Santos (2010), no campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos, a filosofia e a teologia, e assim, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Segundo ainda este autor, o reconhecimento da persistência do pensamento abissal é condição *sine qua non* para se começar a pensar e a agir além dele, pois sem esse reconhecimento, o pensamento crítico permanecerá um pensamento derivativo, que continuará a reproduzir as linhas abissais por mais antiabissal que se autoproclame.

Assim, a crítica sobre o planejamento urbano e os planos diretores desenvolvida neste trabalho também necessita ser abordada sob um novo prisma, uma crítica epistemológica, não normativa e positivista, mas sim, como aponta Santos (2010, p. 53), baseada numa ecologia de saberes, “no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. ”

3.3 A Ecologia dos Saberes

Conforme Giannella (2015), de acordo com a postura teórica emergente denominada de Ecologia de Saberes, a ideia é a de que a ciência não seja necessariamente a única forma válida de produção de conhecimento e que existem outras formas, regidas por outras regras, critérios e formas de se conectar com as realidades a se conhecer.

A Ecologia de Saberes é um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outros saberes.

[...] consiste em garantir a igualdade de oportunidades aos diferentes conhecimentos em disputas epistemológicas cada vez mais amplas com o objetivo de maximizar o contributo de cada um deles na construção de uma sociedade mais democrática e justa e também mais equilibrada em relação à natureza. (SANTOS, 2005, p. 100).

Segundo Santos, (2005, p.100), “não se trata de atribuir igual validade a todos os conhecimentos, mas de permitir uma discussão pragmática entre critérios alternativos de validade sem desqualificar antecipadamente tudo o que não é científico.”

A ecologia de saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam. Centra-se, pois, nas relações entre saberes, nas hierarquias que se geram entre eles, uma vez que nenhuma prática concreta seria possível sem essas hierarquias. Contudo, em lugar de subscrever uma hierarquia única, universal e abstrata entre os saberes, a ecologia de saberes favorece hierarquias dependentes do contexto, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber (SANTOS, 2010, p. 60).

“Na abordagem proposta a epistemologia já não é mais uma disciplina normativa e sim descritivo-interpretativa” (GIANNELLA, 2015, p. 341) e é então entendida como reflexão em torno das formas de produção do conhecimento necessárias, sendo que o conhecimento hoje ainda dominante, o conhecimento científico, tem demonstrado ser insuficiente na resolução de nossos problemas e, além disso, também causador de injustiças sociais, aprisionador do pensamento e cientificamente ultrapassado (GIANNELLA, 2015) . A autora também aponta como urgente a reflexão em torno das formas de produção do conhecimento porque este paradigma dominante, que tem entre outras características, a visão de mundo mecanicista, determinista, a racionalidade linear, objetiva, a confiança no

conhecimento científico como exclusivo e suficiente para controlar a natureza e a sociedade, (que já vimos, tem se demonstrado inadequado) é o mesmo paradigma que originou a crise global que tanto afeta nossas sociedades e, paradoxalmente, foram os avanços da própria ciência que tem demonstrado os contornos de seus limites, o que tem levado à emergência destas reflexões.

3.3.1 A crítica epistemológica ao planejamento e aos planos diretores

A soberania epistêmica da ciência moderna, de declarada lógica dicotômica e excludente, foi também responsável por imprimir uma longa história de dominação, inclusive sobre o planejamento. Após a Segunda Guerra Mundial, “o Terceiro Mundo passou a ser considerado como a matéria-prima técnica e social ideal para aplicação do planejamento” (ESCOBAR, 2000, p. 216), sendo necessário estabelecer condições estruturais e comportamentais, normalmente em detrimento das concepções já existentes nessas sociedades sobre comportamento ou mudança social.

Conforme Escobar (2000), planejar significava sobrepor-se às “tradições”, “obstáculos” e “irracionalidades”, ou erradicá-los completamente, isto é, uma transformação total das estruturas humanas e sociais existentes, para substituí-las por outras, consideradas racionais.

[...] imagina-se o Terceiro Mundo como um objeto técnico-natural que tem de ser normatizado e moldado através do planejamento, para adequar-se às características de uma “sociedade desenvolvida”, característica essas que foram “investigadas por meios científicos” (ESCOBAR, 2000, p. 216).

A lógica de exclusão é característica do modo de pensamento abissal. Como diz Santos (2010, p.39): “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”.

O planejamento introduzido nos países do Terceiro Mundo foi resultado do colonialismo, e como apontado por Santos (2010, p.19), “para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder”. Assim, o planejamento prometido como algo que iria trazer prosperidade, por trás da justificativa de que se tratava de uma técnica essencial para o desenvolvimento, o que se observou foi a exploração dos trabalhadores, a degradação da natureza e a destruição de outras formas de

conhecimento, sobrepondo-se às tradições, transformando as estruturas humanas e sociais existentes, e redefinindo a vida social e econômica segundo critérios de racionalidade, eficiência e moralidade que eram consoantes com a história e as necessidades do capitalismo e da sociedade industrial, mas não do Terceiro Mundo, ou seja, utilizaram-se de um discurso progressista modificando toda a dinâmica de uma sociedade que vivia bem antes deles aparecerem (Escobar, 2000).

A partir dos anos 50, as elites do Terceiro Mundo se apropriaram do ideal europeu de progresso e sonhando com a construção de um país próspero e moderno viram no planejamento um instrumento de mudança social indispensável e irrefutável, devido sua natureza científica. Ao final da década, a maioria dos países do Terceiro Mundo já estavam envolvidos em atividades de planejamento, e aos olhos dos planejadores e desenvolvimentistas, a vida destes países era então reduzida a condições de miséria, de atraso, caracterizadas pela subsistência e autossuficiência, evidências de uma pobreza inaceitável e, portanto, consideradas matéria-prima que necessitava ser transformada urgentemente com a ajuda do planejamento, ignorando suas valiosas tradições, seus sistemas culturais e sociais viáveis, enraizados em relações sociais e sistemas de conhecimento diferentes e não-modernos.

Da mesma forma, a ideia dominante no Brasil, discutida no país há várias décadas, na imprensa, nas câmaras municipais, em conferências, congressos, nas salas de aula de universidades, nas prefeituras, nos órgãos estaduais, federais, e até na Constituição Federal era que o Plano Diretor, ou melhor, a falta deste, era uma das causas fundamentais dos chamados problemas urbanos. Tornou-se uma espécie de crença coletiva, ou como define Villaça (2012, p. 211), “o uso inadequado de uma verdade, quando se usa de uma verdade para se esconder outra”. Houve assim uma proliferação de planos diretores municipais, principalmente na última década, por força de lei, após a promulgação do Estatuto da Cidade.

Os planos diretores municipais não negam suas origens e também mantêm a racionalidade do planejamento convencional (abstrato, linear, objetivo, pretensamente neutro) e oposto às características da realidade urbana. A mesma “receita” é seguida até os dias atuais, tratando a cidade e seus moradores como objetos e analisando-os “cientificamente”, restringem assim este campo apenas àqueles que possuem o conhecimento científico, ao mesmo tempo utilizam-se da confiança na infalibilidade da ciência, crença incorporada no dia-a-dia das pessoas, para justificar e legitimar suas ações, muitas vezes a serviço da dominação e do lucro

de minorias que detém o poder. Um planejamento embasado em uma outra concepção de realidade, numa pluralidade de saberes, reconheceria a necessidade de se manter a racionalidade técnico-científica para aquelas atividades essencialmente técnicas, ao mesmo tempo em que naquelas atividades mais complexas, como, por exemplo, aquelas que envolvem interesses e disputas, se utilizariam de outras racionalidades, mais adequadas e eficientes.

Na maioria dos casos dos países do Terceiro Mundo, os resultados se mostraram prejudiciais, tanto para as pessoas como para as suas economias. No caso do desenvolvimento rural, por exemplo, a maior parte do aumento da produção de alimentos ocorreu no setor comercial e capitalista, com aumentos nos produtos para exportação ou para o mercado, mas na verdade, o planejamento contribuiu para a pauperização crescente da população rural e para o agravamento dos problemas da desnutrição e da fome. Com os “pacotes tecnológicos”, a especialização na produção de certas culturas, planos exatos de onde se plantar, rotinas pré-estabelecidas de cultivo, produção para o mercado e assim por diante, o planejamento ignorou toda a dinâmica da economia, da cultura e sociedade que servia como contexto para as práticas agrícolas no Terceiro Mundo, um tipo de cultivo mais ecológico, onde as produções para a subsistência e para o mercado eram cuidadosamente equilibradas (Escobar, 2000).

Também nos processos de industrialização do Terceiro Mundo, principalmente nas chamadas zonas de livre comércio ou zonas francas foram oferecidas muitas vantagens às empresas multinacionais, na forma de incentivos fiscais, mão de obra barata e dócil, clima político “estável”, baixo controle dos níveis de poluição, etc., mas o que estava em jogo era a rápida transformação da sociedade e da cultura rurais em um mundo onde domicílios, aldeias, tradições, fábricas modernas, governos e a economia mundial se misturaram em relacionamentos desiguais em que se confrontaram níveis diferentes de conhecimento e poder (Escobar, 2000).

Com os planos diretores municipais brasileiros que prometeram o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, a garantia do bem-estar de seus habitantes e ainda a garantia de que a propriedade urbana cumpriria sua função social, foi a mesma coisa, salvo raras e pontuais exceções, muito pouco aconteceu. O objetivo de uma cidade melhor para se morar, trabalhar e viver com dignidade ficou só nas promessas e, tal qual no planejamento dos países do Terceiro Mundo, viram-

se agravados os problemas que afligiam os moradores, com o aumento da exclusão, do desequilíbrio e da violência, penalizando ainda mais a população pobre e a destruição do meio ambiente, clamando igualmente por outras alternativas.

Assim, à medida em que as crises econômicas, ecológicas e políticas vão se sucedendo e os sonhos de se alcançar o Primeiro Mundo e de se desenvolver vão perdendo sua atração inicial, expande-se também a busca por novas alternativas, um tipo de conhecimento e de práticas que são opostas àquelas que caracterizam a união predominante de uma ciência reducionista, com a sociedade patriarcal, a violência e o lucro, mas sim formas de relacionamento com pessoas, com o conhecimento e com a natureza, que são menos exploradoras e reificadoras, mais localizadas e descentralizadas e em harmonia com o ecossistema. Este novo caminho, seria uma alternativa à racionalidade linear, à objetividade, neutralidade, à certeza absoluta baseada numa visão técnica supostamente incontestável e à exclusividade que caracterizam o paradigma ainda dominante. A alternativa seria, portanto, à luz de um paradigma pós-positivista, um caminho que contemple uma visão complexa, baseada em racionalidades múltiplas, contextual, certa de que a certeza absoluta inexistente, e ciente de que o que é possível é se alcançar acordos intersubjetivos, historicamente determinados e voltados a ser revistos e renegociados.

Escobar (2000), defende que é preciso que a racionalidade ocidental se torne mais receptiva à pluralidade de tipos de conhecimentos e de concepções de mudança social que existem no mundo e reconheça que o conhecimento científico objetivo e imparcial é apenas uma das formas possíveis entre muitas delas. Aponta ainda, que talvez algum tipo de planejamento seja necessário, até mesmo para reverter os danos causados pelo próprio desenvolvimento, mas não há dúvida de que essa mudança não adotará modelos que desenham a vida ou manipulam sociedades, significa ainda que será preciso redefinir categorias e significados, não só o social como o próprio conhecimento. Segundo o autor:

Essas formas que não são nem tradicionais nem modernas, fornecem as bases para um processo lento, porém contínuo de construção de maneiras diferentes de pensar, de agir, de conceber a mudança social, de organizar economias e sociedades, de viver e de curar (Escobar, 2000, p. 226).

4. A IMPORTÂNCIA DA EPISTEMOLOGIA PARA NÃO-FILÓSOFOS

Giannella (2015), defende a importância do estudo da epistemologia para profissionais que frequentam a esfera pública (administradores e gestores públicos e sociais, educadores e pesquisadores) que denominou de não filósofos, visto que normalmente este tipo de reflexões se destinam a filósofos, cientistas e pesquisadores. Entretanto, como bem ressalta a autora, muitos profissionais sem nenhum preparo específico são chamados a papéis na esfera pública, gerenciando, administrando, planejando, aconselhando, educando, capacitando, exercendo papéis de liderança, etc., especialmente no campo de produção do bem comum: “A formação de tais sujeitos em uma visão epistemologicamente ingênua é socialmente perigosa e disfuncional, se quisermos aumentar as chances de encontrar soluções inovadoras para os problemas em pauta” (GIANNELLA, 2015, p. 353).

Conforme Giannella (2015), a visão abordada não será aquela normativa, típica do paradigma positivista, onde há apenas um caminho para a verdade e detido por apenas uma categoria de sujeitos, os cientistas. A epistemologia a ser considerada é baseada numa postura teórica emergente denominada de Ecologia de Saberes, onde a ideia é a de que a ciência não seja, necessariamente, a única forma válida de produção de conhecimento e que existam outras formas, regidas por outras regras, critérios e formas de se conectar com as realidades a se conhecer.

Ainda segundo a autora, a epistemologia contemporânea não é mais normativa, e sim dialógica, e necessária para que possamos encontrar novas bases de integração e síntese onde anteriormente existiu separação dicotômica e exclusão. Necessária também na busca de outras relações entre seres humanos e entre eles e a natureza (GIANNELLA, 2015).

É uma reflexão fundamental para a formação de novos administradores/gestores/educadores, sem certezas prontas, capazes de construir e valorizar o diálogo e a busca de novas respostas as quais dificilmente chegarão sem ser baseadas em novas formas de pensar (GIANNELLA, 2015, p. 354).

Tradicionalmente, a epistemologia é uma disciplina ocupada majoritariamente por filósofos, cujos estudiosos dedicam-se ao estudo do conhecimento ou do saber. Segundo Japiassu (1991, p. 16), epistemologia é “o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu

desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais”. Assim, num entendimento tradicional, epistemologia é um ramo especial da filosofia, ocupando-se em situar o lugar do conhecimento científico, em estabelecer os seus limites e em definir a natureza da ciência.

Para Linsingen, Pereira e Bazzo (1999), em função de novas compreensões sobre como se daria o conhecimento, a epistemologia passou a ser amplamente considerada como um processo, e não mais como um produto a ser transmitido e adquirido, de tal forma que hoje podemos dizer que conhecemos quando passamos de um conhecimento menor para um conhecimento maior. Dessa forma, a tarefa da epistemologia passou a ser, hoje, entender este processo e analisar a sua estruturação. Por processo de conhecimento, ou simplesmente conhecimento, entende-se uma interação específica do sujeito que conhece e do objeto do conhecimento, tendo como resultado os produtos mentais que chamamos de conhecimento ou saber.

Para Santos (2005), a transição da monocultura do saber científico para a ecologia dos saberes será difícil porque, tal como aconteceu no processo de consolidação do paradigma da ciência moderna, envolve não só questões epistemológicas, mas como também econômicas, sociais e políticas. Trata-se, segundo este autor, “de uma transição epistemológica que, sendo relativamente autônoma, corre de par com outras transições sociais que apontam para a democracia radical e a descolonização do poder e do saber” (SANTOS, 2005, p. 101).

Giannella (2015), aponta que os profissionais que atuam na esfera pública precisam entender a utilidade prática do estudo da epistemologia:

[...] precisamos hoje, urgentemente, que gestores sociais e públicos, pesquisadores, educadores, agentes de transformação no geral, possam voltar ao ponto onde isso tudo iniciou: entender a lógica do que aconteceu, os desafios que a ciência assumiu e venceu com relação às forças e poderes que marcavam o seu tempo; o que ela se tornou, enquanto alavanca da grande onda modernizadora do capitalismo, e como pode se transformar, hoje, se for levar a sério as suas próprias descobertas (GIANNELLA, 2015, p. 342).

Durante a Idade Média a ciência baseava-se na razão e na fé, e sua principal finalidade era compreender o significado das coisas e não exercer a predição ou o controle. A igreja católica era a principal autoridade espiritual, política e científica, e a grande referência filosófica era Aristóteles.

Já o atual paradigma científico constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Naquela época, diversos cientistas e filósofos cientes de que o que os separava do saber aristotélico e medieval ainda dominante não era apenas uma melhor observação dos fatos, mas sobretudo uma nova visão do mundo e da vida, protagonizaram uma luta contra todas as formas de dogmatismo e autoridade (SANTOS, 2000). “No entanto, nos séculos seguintes a ciência assumiu contornos do que poderíamos chamar uma nova religião” (GIANNELLA, 2015, p. 341).

A partir do século XIX, este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes, assumindo contornos de um modelo global de racionalidade científica, que se defende ostensivamente de duas formas de conhecimento não científico: o senso comum e as humanidades ou estudos humanísticos, como os estudos históricos, jurídicos, teológicos, entre outros.

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem. Está consubstanciada, com crescente definição, na teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, nas leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, nas leis de Galileu sobre a queda dos corpos, na grande síntese da ordem cósmica de Newton e finalmente na consciência filosófica que lhe conferem Bacon e sobretudo Descartes (SANTOS, 2000, p. 61)

Para os cientistas daquela época havia uma e só uma forma de conhecimento verdadeiro. Ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata, que são a base do conhecimento vulgar, considerando-as ilusórias. A observação e experimentação partem de ideias claras e simples a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza. Essas ideias são as ideias matemáticas, que fornecem à ciência moderna um modelo de representação, uma lógica de investigação e se converte num instrumento privilegiado de análise, pois só quem possui tais conhecimentos pode compreendê-los. Além disso, a influência da matemática na ciência moderna trouxe como consequência a supervalorização da quantificação, onde quantificar passou a significar conhecer, onde o rigor científico passou a ser o rigor das medições, em desprezo às qualidades e ao que não é quantificável. Outra consequência foi a redução da complexidade, significando dividir

e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou. “Embora nesta divisão ocorram arbitrariedades, no entanto, é nela que se assenta toda a ciência moderna” (SANTOS, 2000, p. 63)

O anseio pela certeza, pela ordem e pela exatidão convergem apontando o mecanismo do relógio como metáfora apropriada da realidade, e da própria ciência que procura explicá-la. Esta máquina de alta precisão, com seu sistema de engrenagens perfeitamente sincronizadas, cada uma ocupando seu lugar e desempenhando sua função necessária, representa, melhor do que qualquer outra imagem, a visão de mundo construída pela ciência moderna (GIANNELLA, 2015, p. 345).

Descartes desenvolveu um novo método de raciocínio no qual defende que só se deve considerar algo como verdadeiramente existente, caso possa ser comprovada sua existência. Também conhecido como ceticismo metodológico, segue o princípio de que devemos duvidar de todos os conhecimentos que não possuem explicações evidentes. O método também se baseia na realização de quatro tarefas: verificar, analisar, sintetizar e enumerar.

1. Receber escrupulosamente as informações, examinando sua racionalidade e sua justificação. Verificar a verdade, a boa procedência daquilo que se investiga – aceitar o que seja indubitável, apenas. Esse passo relaciona-se muito ao ceticismo.
2. Análise, ou divisão do assunto em tantas partes quanto possível e necessário.
3. Síntese, ou elaboração progressiva de conclusões abrangentes e ordenadas a partir de objetos mais simples e fáceis até os mais complexos e difíceis.
4. Enumerar e revisar minuciosamente as conclusões, garantindo que nada seja omitido e que a coerência geral exista.

Conforme os princípios de Descartes, a natureza, assim como uma máquina, pode ser analisada separando-a em partes avulsas, em busca das leis matemáticas que expliquem o seu funcionamento. O mecanicismo, reducionismo, a linearidade das relações entre as partes e a certeza da possibilidade de um olhar panorâmico, objetivo e neutral, capaz de capturar a realidade até seu mínimo detalhe, são os fortes legados que Descartes nos deixou, e que ainda hoje nos afetam (GIANNELLA, 2015, 345).

Entretanto, foi Newton quem deu vida ao sonho de Descartes, desenvolvendo uma formulação matemática da concepção mecanicista da natureza. Ao descrever a lei da gravitação universal e as suas três leis que fundamentaram a mecânica clássica, provê explicações para quase todos os fenômenos físicos observados no dia-a-dia. Newton, foi o grande sintetizador das obras de Copérnico, Kepler, Bacon, Galileu e Descartes, estabelecendo o paradigma mecanicista ou

newtoniano-cartesiano e formatando o modelo de ciência, responsável pelos avanços e retrocessos, pelas descobertas e esquecimentos, pelos benefícios e malefícios que a sociedade moderna atual vive até o presente momento (CAPRA, 2006).

Daí que o prestígio de Newton e das leis simples a que reduzia toda a complexidade da ordem cósmica tenham convertido a ciência moderna no modelo de racionalidade hegemônica que pouco a pouco transbordou do estudo da natureza para o estudo da sociedade.

No entanto, no início do século XX, Max Planck descobriu que a energia se move por saltos, sem passar por nenhum ponto intermediário, ou seja, tem uma estrutura descontínua. Essa descoberta derrubou um dos pilares da física clássica, a ideia de continuidade e, por consequência, começou a demolir o paradigma científico vigente na época. Décadas depois, outro de seus pilares é abalado. Foi esclarecido e verificado que no mundo subatômico as entidades físicas continuam a interagir qualquer que seja o seu afastamento, a causalidade global, derrubando um dos pilares metodológicos da ciência moderna, a separabilidade. Também alguns anos depois da descoberta de Planck, Werner Heisenberg, derrubará o terceiro pilar da física clássica, a ideia de determinismo, pois suas equações mostraram que as entidades quânticas encontradas por Planck (os quanta: os pacotes de energia que se movem por saltos) não podem ser localizados num ponto preciso do espaço e num ponto preciso do tempo. Essas entidades quânticas, muito diferentes dos dois tipos de objetos bem distintos que eram estudados pela física clássica não podem ter sua trajetória prevista. Portanto, na escala subatômica (o interior do átomo) reina um indeterminismo. Com isso, o paradigma da simplicidade da física clássica, que se apoiava na ideia de continuidade, causalidade local e determinismo perdeu seu estatuto ontológico com a verificação da descontinuidade, da causalidade global e do indeterminismo nas escalas muito pequenas do interior do átomo. Além disso, a descoberta de que, no nível das escalas muito pequenas (subatômicas), as leis físicas são diferentes daquelas do nível das escalas macroscópicas invalidou todas as epistemologias reducionistas (mecanicismo, positivismo, fiscalismo) e seu dogma “da existência de um único nível de Realidade”, hegemônico nas elites intelectuais dos séculos XIX e XX, pois foi comprovada a existência de pelo menos dois níveis de realidade (SOMMERMAN, 2005)

Desta forma, a física quântica demonstrou que entre diferentes níveis de realidade – a macroscópica e a microscópica – o que serve num deles pode não ter

relevância ou serventia nenhuma em outro. As experiências que os cientistas fizeram nesse novo campo colocaram completamente em discussão alguns dos princípios básicos já tidos como definidores da própria tarefa científica, “como o de se verificar a interferência constante e inevitável entre observador e objeto observado, a qual rende impossível alegar a validade dos princípios de objetividade e neutralidade da observação científica” (GIANNELLA, 2015, p. 347).

Mas os avanços da ciência moderna, inclusive ao pretender levar ao campo das ciências sociais aquela exatidão típica das matemáticas constituíram-se, em termos pragmáticos e ideológicos, no suporte que o sistema capitalista necessitava para sustentar e legitimar a expansão do processo de industrialização no mundo ocidental, e do colonialismo, fora dele. Na verdade, duas vertentes se formaram. Numa delas, sem dúvida dominante, a grande contribuição de Auguste Comte (1798-1857), foi a de estender às relações humanas os pressupostos que estavam se afirmando no campo das ciências naturais. Não existiria diferença entre o mundo físico e o mundo social, pois este último, da mesma forma que primeiro, seria regido por leis que era papel da ciência descobrir. Ao postular que a sociedade é uma extensão do mundo natural, regida pelas mesmas leis absolutas e objetivas, Comte, o idealizador da “ciência positiva” produz uma poderosa legitimação da ordem social constituída, a qual, a partir desta doutrina, acaba sendo naturalizada. Não obstante, as dificuldades de realmente se descobrir as leis da sociedade se evidenciaram, “pois os fatos sociais nem sempre são facilmente redutíveis às suas dimensões externas, mensuráveis e quantificáveis; eles são historicamente, socialmente e culturalmente condicionados, além de ser sempre sujeitos à interpretação subjetiva” (GIANNELLA, 2015, p. 348). A segunda vertente, durante muito tempo marginal, mas hoje cada vez mais seguida, consistiu em reivindicar para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, com base na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza. Esta segunda vertente, segundo Santos (2000, p. 92), trata-se de um modelo de transição, uma vez que define a especificidade do ser humano por contraposição a uma concepção da natureza que as ciências naturais hoje consideram ultrapassada, contudo, transporta a marca pós-moderna de um novo paradigma.

[...] o avanço do conhecimento das ciências naturais e a reflexão epistemológica que ele tem suscitado tem vindo a mostrar que os obstáculos ao conhecimento científico da sociedade e da cultura são de fato condições do conhecimento em geral, tanto científico-social como científico-natural. Ou

seja, o que antes era causa do maior atraso das ciências sociais é hoje o resultado do maior avanço das ciências naturais (SANTOS, 1988, p. 63).

Conforme Giannella (2015, p. 351), “é preciso entender que tudo o que justificou o surgir da ciência como sistema poderoso de legitimação de escolhas sociais, políticas e econômicas com bases de certeza e exatidão absoluta, já não tem fundamento cognitivo e sim ideológico”.

Segundo Buarque (1993, p. 61) o pensamento passa a ser de incertezas para aqueles que desejam entender o mundo, e nas próximas décadas, uma convivência diferente terá que ocorrer entre o pensamento e o objeto social estudado “[...] uma maneira de se inteirar e conviver sem a arrogância de um dominador onipotente”, diferentemente do que ainda acontece:

A universidade que forma os cientistas sociais e que nasce quase simultaneamente com as cidades e com a substituição das crenças pela certeza sente-se no meio de uma nova ruptura no comportamento do conhecimento e nos processos de apreensão, mas reage a ingressar no novo momento. Continua prisioneira ainda da convicção das certezas aprendidas nos textos do começo do século. Em vez de assumir o rico papel epistemológico que há na contestação através da dúvida, continua prisioneira da crença na certeza. E aprisiona a grande maioria dos cientistas sociais do mundo, na busca de uma certeza que não existe (BUARQUE, 1993, p. 61).

Para Santos (2010), a epistemologia dominante é resultado de uma intervenção epistemológica que só foi possível com base na força com que a intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo moderno se impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não cristãos. Esta dupla intervenção foi tão profunda que descredibilizou e, sempre que necessário, suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia. Paradoxalmente, a crítica deste regime epistemológico é hoje possível devido a um conjunto de circunstâncias que permitem identificar, melhor que nunca, a possibilidade e até a urgência de alternativas epistemológicas e ao mesmo tempo, revelam a gigantesca dimensão dos obstáculos políticos e culturais que impedem a sua concretização. Por um lado, o capitalismo global, mais que um modo de produção, é hoje um regime cultural e civilizacional, portanto, estende cada vez mais os seus tentáculos a domínios que dificilmente se concebem como capitalistas, da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações dos que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afetam. Por outro lado, o colonialismo

se apresenta na forma de relações sociais extremamente desiguais, entre classes e grupos sociais. Conforme Santos, as alternativas à epistemologia dominante partem do princípio que o mundo é epistemologicamente diverso e que essa diversidade representa um enorme enriquecimento das capacidades humanas para conferir inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais. O reconhecimento de conhecimentos rivais dotados de critérios diferentes de validade torna visíveis e credíveis espectros muito mais amplos de ações de agentes sociais.

Segundo Giannella (2008), entre os muitos saberes existentes, como o tradicional, o espontâneo, o de senso comum, a visão positivista defende que apenas o saber propiciado pela ciência é que tem fundamentos sólidos, porque ancorado pelos pressupostos de conhecimento completo, pela possibilidade de prever com certeza as evoluções dos problemas e a linearidade dos nexos de causa e efeito. O poder lógico do saber científico através da clareza, linearidade e simplicidade, além de indiscutível, possibilitou grandes avanços tecnológicos e a melhoria da qualidade de vida que foram obtidos ao longo dos séculos XIX e XX, o que ajudou a consolidar a visão positivista como superior a qualquer outra. Entretanto, tal posição tem sido contradita pela realidade. As visões, metodologias e técnicas descendentes do paradigma positivista se mostram inadequadas às novas condições da ação. As variáveis em jogo são inúmeras e os elementos objetivos e subjetivos de interferência são impossíveis de se controlar completamente. Para Giannella e Moura (2009), é necessária uma virada paradigmática, a passagem de uma visão positivista da ciência a uma visão pós-positivista. “Os referenciais teóricos e as técnicas oriundas do paradigma positivista precisam ser ultrapassados, pois tal paradigma já demonstrou não ter chances de sucesso no mundo da complexidade” (GIANNELLA; MOURA, 2009, p. 11). “Precisamos de um saber comprometido com os valores da escuta e do diálogo, ao invés da afirmação de uma visão de mundo, entre as tantas, pretendendo validade absoluta e indiscutível” (GIANNELLA, 2008, p. 9).

A epistemologia contemporânea – não mais normativa, e sim dialógica – é necessária na busca de outras relações entre seres humanos e entre eles e a natureza. É necessária para que possamos encontrar novas bases de integração e síntese onde anteriormente existiu separação dicotômica e exclusão. É uma reflexão fundamental para a formação de novos administradores/gestores/educadores, sem certezas prontas, capazes de construir e valorizar o diálogo e a busca de novas respostas as quais, dificilmente chegarão sem ser baseadas em novas formas de pensar (GIANNELLA, 2015, p. 354).

Esta é a perspectiva teórica que decidi adotar na busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável das cidades, especificamente, de que o problema dos planos diretores municipais é epistemológico, fundamentado segundo um paradigma positivista, racional, cartesiano, exclusivo e dominante. Segundo Santos (2000, p.186), “os problemas são epistemológicos na medida em que a ciência moderna, não podendo resolvê-los, deixou de os pensar como problemas.” Daqui decorre a necessidade de uma crítica da epistemologia hegemônica e a necessidade de invenções credíveis de novas formas de conhecimento.

5. A BUSCA POR NOVAS RACIONALIDADES E CONHECIMENTOS

Conforme Edgar Morin (2000), o problema do conhecimento é um desafio da complexidade porque só podemos conhecer, como diria Pascal, as partes se conhecermos o todo em que se situam, e só podemos conhecer o todo se conhecermos as partes que o compõem. Deveríamos, portanto, partir de um princípio de pensamento que nos permitisse ligar as coisas que nos parecem separadas umas em relação às outras, entretanto, nosso sistema educativo vigente privilegia a separação em vez de praticar a ligação. Segundo o autor, a organização do conhecimento sob a forma de disciplinas seria útil se estas não estivessem fechadas em si mesmas, compartimentadas umas em relação às outras, de modo que o conhecimento de um conjunto global, o homem, é um conhecimento parcelado.

Vivemos numa realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões separadamente, e não umas em relação às outras. O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas torna-nos cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e seu contexto (Morin, 2000).

Uma das características do conhecimento científico vigente é ser reducionista, isto é, reduzir o conhecimento do conjunto ao conhecimento das partes que o constituem, pensando que poderíamos conhecer o todo se conhecêssemos as partes. Este conhecimento é compartimentado, mecânico, disjuntivo, reducionista, quebra o complexo do mundo, produz fragmentos, fraciona os problemas, separa o que é ligado, unidimensionaliza o multidimensional. Trata-se de um conhecimento que elimina todas as possibilidades de compreensão e de reflexão, matando assim todas as chances de julgamento corretivo ou de visão a longo termo.

Num período de transição paradigmática, o conhecimento antigo é um guia fraco que precisa de ser substituído por um novo conhecimento. Precisamos de uma ciência da turbulência, sensível às novas exigências intelectuais e políticas de utopias mais eficazes e realistas do que aquelas pelas quais vivemos no passado recente (SANTOS, 2000, p. 186).

Quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade para pensar essa multidimensionalidade; quanto mais a crise avança, mais progride a incapacidade de pensá-la; quanto mais os problemas se tornam planetários, mais se tornam impensados (e impensáveis a partir do paradigma dominante). Incapaz de considerar o contexto e o complexo planetário, a inteligência cega produz inconsciência e irresponsabilidade. Este conhecimento, segundo Morin

(2000), ignora o fenômeno mais importante, que qualifica de sistêmico, da palavra sistema, conjunto organizado de partes diferentes, produtor de qualidades que não existiriam se as partes estivessem isoladas umas das outras ao que chama de “emergências”.

Um dos exemplos mais característicos é a vida. O ser humano é constituído por moléculas, moléculas químicas, moléculas de ácidos, ácidos nucleicos e aminoácidos. Nenhuma destas macromoléculas tem, por si só as qualidades que dão a vida. A organização viva, feita destas moléculas, organização complexa, tem um certo número de qualidades que emergem. Qualidades de autoprodução, auto-reprodução, autodesenvolvimento, comunicação, movimento etc. Não podemos, portanto, compreender o ser humano apenas através dos elementos que o constituem. Se observarmos também uma sociedade, verificaremos que nela há interações entre os indivíduos, mas essas interações formam um conjunto e a sociedade, como tal, é possuidora de uma língua e de uma cultura que transmite aos indivíduos. Essas "emergências sociais" permitem o desenvolvimento destes. Desta forma, faz-se necessário um modo de conhecimento que permita compreender como as organizações, os sistemas, produzem as qualidades fundamentais do nosso mundo (MORIN, 2000). Trata-se, então, de um problema essencial: complementar o pensamento que separa com outro que une. “Complexus” significa originariamente o que se tece junto. O pensamento complexo, portanto, busca distinguir (mas não separar) e ligar. Não se trata de abandonar os princípios de ordem, de separabilidade e de lógica – mas de integrá-los numa concepção mais rica. Não se trata de opor um holismo global vazio ao reducionismo mutilante. Trata-se de repor as partes na totalidade, de articular os princípios de ordem e de desordem, de separação e de união, de autonomia e de dependência, em dialógica (complementares, concorrentes e antagônicos) no universo (MORIN, 2000).

Segundo Santos,

[...] as alternativas à epistemologia dominante partem, em geral, do princípio que o mundo é epistemologicamente diverso e tal pluralidade epistemológica, longe de ser negativa, representa um enorme enriquecimento das capacidades humanas para conferir inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais (SANTOS, 2010, p. 18).

O autor designou esta diversidade epistemológica de epistemologias do Sul, concebendo o Sul metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na

sua relação colonial com o mundo. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos, diálogo esse, entre saberes que denominou de ecologia de saberes.

No caso específico dos planos diretores municipais com seus componentes técnicos, ambientais, culturais, políticos, institucionais, organizacionais, socioeconômicos, temos ainda, por um lado, a complexidade da vida urbana, composta por uma multiplicidade de comunidades heterogêneas, com seus hábitos, crenças, valores, visões de mundo e inevitáveis conflitos de interesses, e por outro lado, as prefeituras e os servidores públicos municipais, eles também compondo sistemas de atores movidos por interesses, crenças e valores, mas também enquanto estruturas formais/burocráticas envolvidas com os planos. Me parecem muito apropriados, para este caso, os estudos desenvolvidos por Giannella (2007), que apontam na direção da: 1) destronização da racionalidade e conhecimento técnico científico e, 2) ampliação radical das formas de racionalidade e dos tipos de conhecimento que tenham algo para contribuir neste sentido.

5.1 Destronização do saber e da racionalidade técnico-científica.

Nas reuniões tradicionais de elaboração dos planos diretores de que participei, percebi pessoas que não conseguiam se expressar corretamente, outras que tinham vergonha de falar em público, que tinham receio de falar “asneiras” e ser motivo de chacota, tímidas e nitidamente desconfortáveis naquele ambiente, preferiam silenciar-se. Em alguns assuntos discutidos era visível sua incompreensão diante de temas notadamente técnicos, ficando constrangidas por não acompanhar o raciocínio da maioria. Sobressaiam-se então aqueles que se diziam “representantes da maioria” e que tinham alguma pretensão política, os “pelegos” do governo municipal e, invariavelmente, o discurso dos técnicos acabava sobrepujando-se à maioria, pelo poder de argumentação, afinal, quem iria ser contra a “ciência”?

Para Giannella (2007, p. 98), “a destronização do saber e da racionalidade técnico-científica decorre da constatação de que a ciência não tem sido mais suficiente diante da complexidade dos problemas”. Salaria que não se trata de desfazer da importância de tais formas de racionalidade e conhecimento, mas apenas

de reconhecer que na passagem das sociedades homogêneas e simples para sociedades heterogêneas e complexas, os critérios de legitimidade também mudam radicalmente, e assim, racionalidade e conhecimento científico necessitam dialogar entre pares com outras razões e saberes. Argumenta que a questão é a reconstrução dos aparatos teóricos, metodológicos e técnicos para intervenção no mundo atual, da complexidade e desigualdade extrema, de forma relevante e eficaz.

A autora aponta que, desde que a construção participativa nas intervenções passou a ser considerada como uma resposta relevante aos resultados insatisfatórios das políticas públicas construídas “de cima para baixo”, tem-se assistido uma diversificada gama de abordagens, como a mobilização, a escuta e a composição dos distintos interesses, que constituem um primeiro passo na jornada ao reconhecimento de que a simples consideração de argumentos técnicos como base para a tomada de decisões, ainda que necessária, não pode ser suficiente. Todavia, destaca que o problema passa a girar em torno das escolhas, dos conflitos de interesse, inevitáveis em contexto de pluralismo exacerbado, e que neste cenário, os argumentos técnicos se tornam argumentos entre outros, na competição para convencer e construir o consenso necessário. “Tem que ser suportados por razões e evidências como qualquer outro argumento, e não podem mais confiar na posição privilegiada que a visão positivista e cienticista da realidade lhes atribuíra” (GIANNELLA, 2007, p. 99).

De fato, nos planos diretores municipais onde o “participativo” hoje já é obrigatório, ainda se verifica em grande parte dos casos, uma cultura política assistencialista, patrimonialista e clientelista, que se utiliza do tecnicismo para o direcionamento na seleção dos assuntos técnicos, na condução das práticas, e na justificativa das escolhas, ou seja, um “participativo” só de fachada. Mas há também de se considerar que em algumas vezes o participativo não tem se efetivado por puro desconhecimento de quem conduz estas práticas, repetindo-se assim as fórmulas tradicionais, reduzindo-se ao tecnicismo de sempre e sujeitando-se à impregnação da visão de mundo dos próprios “planejadores”.

Conforme Giannella (2007, p. 99), o que se está em questão, na verdade, “é a re-conceituação destas atividades de policy-making (planning, gestão social, ou como se prefira nomeá-las), enquanto práticas comunicativas e não mais como meras atividades técnicas”, não sem antes nos alertar para o fato de que a forma de racionalidade em uso não poderá ser mais a racionalidade técnico-instrumental (que tem se mostrado inadequada), enquanto a racionalidade comunicativa, embora

necessária, exige cautela pelo risco de equívocos do ponto de vista teórico, por ainda não fazer parte do senso comum e até mesmo pela dificuldade de se encontrar profissionais das academias com bases suficientes nesta área. A autora alerta que a necessidade de pensarmos a construção de políticas públicas enquanto prática comunicativa, levou muitos autores a adotar referências teóricas no mínimo inadequadas para os nossos contextos de aplicação.

É o caso de Habermas, umas das referências teóricas nesta área dos processos participativos, que defende, por exemplo, em sua ética do agir comunicativo que todo e qualquer participante de um discurso pode problematizar qualquer afirmação, introduzir novas afirmações, exprimir suas necessidades, desejos e convicções” (GOLDIM, 1999), e no geral, sua teoria se fundamenta na ação comunicativa, através da qual há uma intenção de diálogo entre sujeitos considerados semelhantes na sua capacidade de oferecer uma argumentação. No entendimento deste filósofo, o indivíduo constitui-se enquanto ser social pela capacidade de produzir conhecimento através da linguagem, ou seja, com a linguagem é possível produzir os argumentos de natureza moral, ética e social que constituirão a ordem dos grupos (MAZZARDO; SCHWINN, 2015). Não obstante a importância da linguagem, conforme GIANNELLA (2007), o código lógico-verbal é apenas um dos possíveis, a comunicação se dá de muitas outras formas e conforme muitos outros códigos, e assim, ao se privilegiar apenas este tipo de comunicação, se está excluindo uma parte relevante dos sujeitos potencialmente interessados nas decisões públicas, “porque até mesmo o silêncio pode representar uma mensagem, um grito de oposição ou indiferença” (GIANNELLA, 2007, p. 100).

[...] existem diferenças radicais de posição entre os que têm “recursos para jogar este jogo”, e outros radicalmente privados deles. Estes são os excluídos do acesso a condições mínimas de vida digna mas, sobretudo, excluídos da própria possibilidade de decifrar os códigos que regem o funcionamento do sistema (GIANNELLA, 2007, p. 97).

Assim, conforme apontado pela autora, num mundo de complexidade e desigualdade extrema, a multiplicação dos códigos de comunicação na construção de processos de ampliação da cidadania é o grande desafio para se alcançar o objetivo da inclusão.

5.2 A ampliação radical das formas de racionalidade e dos tipos de conhecimento

Como o processo de elaboração de um plano diretor municipal envolve uma série de interesses distintos e muitas vezes, conflitantes, muitos destes interesses terminam ocultos por desconhecimento, abafados intencionalmente, ou no mínimo eclipsados pelos dos grupos dominantes. Boa parte desta injustiça ocorre devido à dimensão comunicativa do processo participativo, hoje ainda restrita à racionalidade linear-instrumental e ao código lógico-verbal, ou seja, à análise, ao discurso ou à escrita baseada no sentido exclusivamente racional.

Isto privilegia os que dominam os códigos da racionalidade linear e instrumental, ou seja, aqueles que têm o conhecimento e que sabem argumentar, num ambiente onde a maioria não possui uma educação formal adequada, pelo contrário, muitas vezes apresenta elevados índices de analfabetismo, onde as pessoas não estão acostumadas a tratar de coisas públicas, e onde as urgências com as necessidades básicas predominam. A participação, nestas condições, regida pelos códigos dominantes, exclui aqueles que não tiveram acesso à instrução, à educação formal, ao colocá-los em desvantagem na argumentação da defesa de seus interesses.

Como apontado por Giannella e Batista (2013), apesar da relevância de se tirar a racionalidade do domínio exclusivo do tecnicismo e da ciência para colocá-la no campo da comunicação intersubjetiva,

[...] o ponto crítico é que ela confirma a ideia de que em nossas sociedades só tem acesso à cidadania quem partilha da forma dominante de estar no mundo, quem tem boa educação e saiba apresentar os melhores argumentos racionais de seus pontos de vista (GIANNELLA; BATISTA, 2013, p. 90).

A ideia corrente de que a educação seria a solução para estes problemas participativos, encontra defensores como Pinho (2011), que tece críticas à possibilidade e viabilidade de uma democracia deliberativa, onde o papel da participação seja vital e aponta, fundamentalmente, para a melhoria das condições de ensino, de educação no País.

Identificamos como fundamental para viabilizar esta participação o acesso à conhecimentos que só a educação pode proporcionar. Neste quesito, a situação brasileira é trágica com elevados índices de analfabetismo e analfabetismo funcional que certamente impedem a compreensão de processos complexos de discussão e debate de modo a viabilizar a tão sonhada e quase mágica participação popular (PINHO, 2011, p. 50).

Há, todavia, dois elementos importantes a serem considerados. Segundo a análise de Giannella e Batista (2013), um deles está relacionado à capacidade do sistema educacional brasileiro fornecer uma educação formadora de sujeitos aptos à análise crítica da realidade e dispostos ao envolvimento participativo, e não apenas reprodutora de sujeitos engajados na competição no mercado global. Outro, diz respeito ao fato de que os próprios processos participativos podem se constituir em eficazes dispositivos educacionais, de natureza informal, contextualizados, significativos e mobilizadores para os sujeitos nele envolvidos, desde que adotados os referenciais de uma visão integrativa e não dualística da cognição.

Para Giannella, Amado e Calazans (2010), na verdade trata-se de um problema multidimensional que envolve componentes culturais, políticos, institucionais, organizacionais, socioeconômicos; problemas de natureza extremamente diferenciada que sinalizam para a necessidade de um salto de escala: a capacidade dos sujeitos locais se empossarem de iniciativas e projetos visando à transformação, ou seja, a construção do que denominou de “novos sujeitos públicos” (GIANNELLA, 2007, p. 107), numa nova concepção de “público” que vai além da visão tradicional de público como sujeitos institucionais em posse do poder político a uma outra visão pluralista, onde público é qualquer sujeito desempenhando a função de tratamento de questões de interesse coletivo e capaz de compartilhar a busca de soluções que sirvam a este mesmo interesse.

A ideia é que os próprios processos participativos sejam concebidos como laboratórios de cidadania para a ampliação dos direitos, com ênfase especial nos direitos à educação e cultura, onde cada intervenção empreendida tenha, “além do seu objetivo pontual, um objetivo de meta-nível, isto é, a formação do cidadão enquanto *novo sujeito público*” (GIANNELLA, 2007, p. 107).

Sem a efetiva participação da maioria da população (apenas com a “participação de fachada”) os planos diretores ficam enfraquecidos desde a sua elaboração e muito mais ainda durante a sua execução, porque esta maioria também não se apresenta na luta por seus interesses no dia-a-dia e, assim, sem pressão, os planos vão se amoldando aos interesses dos grupos dominantes.

Segundo Giannella, Amado e Calazans (2010), não é só o fato de se ignorar os muitos excluídos por estes códigos, mas também que estas formas de expressão são apenas uma parte limitada de nossas possibilidades de entender e interpretar o

mundo enquanto humanos, e que é preciso se reapropriar de outras formas que o paradigma convencional nos levou a esquecer.

Isso implicará em um resgate profundo da integralidade do humano em nossos processos e em uma possibilidade mais apurada de inclusão dos que não têm saber codificado nas formas convencionais (o que não significa que não tenham saber ou sabedoria), que não raciocinam conforme o padrão do método científico e que têm, muitas vezes, vivências de exclusão extrema, refletida também na expropriação cultural, e total falta de controle sobre suas perspectivas de vida (GIANNELLA; AMADO; CALAZANS, 2010, p. 98).

Para efetuar este resgate, além da destronização da racionalidade e do conhecimento técnico-científico, Giannella (2007), aponta para desafio de passarmos desta visão abstrata e “esterilizada” de racionalidade a uma “integral”, que fale do sujeito real, com seus interesses, valores, visões de mundo, desejos, convicções, mobilizando-os para fins de ampliação da cidadania. Destaca ainda a autora, para o que as mais recentes e avançadas pesquisas sobre a neurociências apontam, a necessidade de reconsiderarmos as antigas dicotomias que organizaram longamente nossa visão de mundo. Razão e emoção, corpo e mente, matéria e espírito, planejamento e improvisação, a inteligência analítica e a intuitiva, artística, sensível, são âmbitos que uma visão simplista e reducionista de ciência separou, mas que, nas melhores hipóteses, operam em interação e sinergia, de forma cooperativa e harmônica.

Precisamos vencer a separação entre razão e emoção, onde a primeira é o instrumento para acessar à esfera pública enquanto a segunda, por ser irracional, pré-social e incontrolável, está interdita. Elas são duas componentes incindíveis de uma visão não ingênua do sujeito, diferente daquela abstrata e puramente teórica (do tipo “homem econômico”) que as teorias positivistas postularam (GIANNELLA, 2008, p. 5).

Nesta visão integral a mobilização e participação dos sujeitos ocorrem de acordo com códigos múltiplos, tentando legitimar os sentidos, as racionalidades, os saberes difusos, e proporcionam a construção de políticas de “baixo para cima”, e por parte dos próprios sujeitos que delas devem se beneficiar (GIANNELLA; AMADO; CALAZANS, 2010; GIANNELLA; ARAÚJO; OLIVEIRA NETA, 2011).

É desta recomposição, possível dentro de um paradigma sistêmico e relacional, que pode originar um esquema teórico capaz de contemplar sujeitos e estruturas (e não uns ou outras), e um aparelho de métodos e técnicas capazes de mobilizar o sujeito na sua integralidade, sem censuras e mutilações, para que, finalmente, nossa ação assuma como base a complexidade das relações que estruturam e são estruturadas por cada contexto e se prepare para lidar com tudo isso (GIANNELLA, 2007, p. 102).

A estas abordagens, técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre as partes cindidas do ser humano, Giannella, Araújo e Oliveira Neta (2011, p. 143), denominaram de Metodologias Integrativas: “A mente se incorporando, a racionalidade tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade, etc.”

5.3 As Metodologia Integrativas

As Metodologias Integrativas propõem incluir as diversas linguagens comunicativas com técnicas voltadas à mobilização da inteligência coletiva, à gestão de trabalho de grupo, análise, interpretação e solução participativa de situações-problema.

Objetivando o acesso a uma percepção mais rica e integrada do real, tal abordagem valoriza os processos de escuta ativa e inclui o recurso às artes e ao lúdico como instrumentos potencialmente poderosos, porque tocam teclas, despertam e legitimam sensibilidades normalmente esquecidas ou silenciadas (GIANNELLA; AMADO; CALAZANS, 2010, p. 93).

Giannella e Batista (2013), alertam para o fato de que o uso destes recursos integrativos (desenhos, mapas afetivos, teatralizações, jogos, música e canto; da possibilidade de se reconhecer em suas raízes humanas e culturais) não se restringem apenas àqueles “poucos educados”, que não têm familiaridade em argumentar, analisar, diagnosticar, prognosticar nos moldes postos pela ciência e pelas várias vertentes acadêmicas, mas também constituem uma forma para se libertar e valorizar o ser criativo escondido e censurado dentro de cada um, provavelmente mais ainda nos altamente educados do que em quem não teve esse treino e experiência.

São, portanto, metodologias assumidamente não tecnicistas, reconhecendo que a racionalidade e conhecimento científicos não são os únicos legítimos e úteis, que os avanços do conhecimento possíveis graças à relação entre sujeitos múltiplos, detentores de visões e valores distintos, pode ser produtor de insight e inovação dificilmente acessíveis de outra forma, que cada sujeito interessado pode contribuir com saberes e competências para a busca da solução de um determinado problema, mobilizando na esfera pública toda a riqueza do humano (GIANNELLA; MOURA, 2009, GIANNELLA, 2007), e ainda:

[...] preconceitos arraigados (de tipo cultural, ideológico e outros) podem ser atingidos e transformados quando os sujeitos portadores são chamados a se vivenciar reciprocamente enquanto seres humanos, compartilhando alguma tarefa ou objetivo comum, e que isto nos aponta uma visão decididamente inovadora de como abordar a questão espinhosa da gestão dos conflitos que constelam os processos de tratamento de questões públicas (GIANNELLA, 2007, p. 103).

Estes recursos que possibilitam que as pessoas excluídas do processo participativo se manifestem como sujeitos criativos e integrais, na verdade agem como fator de empoderamento, de auto-reconhecimento e na auto-construção como cidadãos em contextos públicos, ou seja, na construção de novos sujeitos públicos.

As autoras, no entanto, reconhecem que esta recomposição entre razão e emoção, ciência e arte, corpo e mente, objetivo e subjetivo, que pode nos permitir uma aproximação com a complexidade do mundo, não é nada óbvia, nem natural, assim como o uso de técnicas, vivências e dinâmicas não pode ser trivializado, como se estas existissem fora e independentes de arcações teóricas e processos de formação, capacitação e ressignificação, (GIANNELLA; ARAUJO; OLIVEIRA NETA, 2011), até mesmo porque, neste cenário de construção compartilhada de políticas, “a disponibilidade de competências e da própria atitude individual necessária para isso acontecer, ainda está bem longe daquele que poderíamos chamar de *espírito do tempo*” (GIANNELLA, 2007, p.105).

Através dessas noções, pretende-se tirar a racionalidade do domínio exclusivo do cálculo, do tecnicismo, da instrumentalidade e objetividade absoluta, para colocá-la no campo da comunicação intersubjetiva, da escuta do outro e da necessidade de entendê-lo e apontar para a dimensão de construção cooperativa do sentido e do acordo intersubjetivo acerca da realidade, especialmente em situações que visam à resolução de problemas.

Segundo Giannella (2007), só recentemente começamos a reconhecer a importância de novas formas de racionalidade, valores e emoções em áreas como as do desenvolvimento social e comunitário, processos educativos e principalmente do desenvolvimento das organizações empresariais:

[...] nas estratégias de seleção de pessoal as qualidades mais procuradas e valorizadas para os cargos-chave não são mais as de excelência em conteúdos técnicos (rapidamente obsoletos), mas qualidades como a capacidade de escutar e de motivar para a ação, a capacidade de negociar acordos, gerir conflitos de forma criativa e não desgastante, de trabalhar em grupo valorizando cada integrante, de saber rediscutir o que parece óbvio, de assumir risco e liderança, de saber cultivar a criatividade dos indivíduos e do grupo como um todo (GIANNELLA, 2007, p. 101).

Segundo Santos (2010), um conjunto de circunstâncias revelam hoje a possibilidade e a urgência de alternativas epistemológicas, mas também a gigantesca dimensão dos obstáculos políticos e culturais que impedem a sua concretização.

[...] o capitalismo global, mais que um modo de produção, é hoje um regime cultural e civilizacional, portanto, estende cada vez mais os seus tentáculos a domínios que dificilmente se concebem como capitalistas, da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afetam (SANTOS, 2010, p.18).

A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de pesquisa, sistema de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e outros saberes (SANTOS, 2010, p. 17).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de minha própria história como engenheiro atuando na área pública, narrada no início desta dissertação, evidencia-se a falta da epistemologia na formação profissional. Meu processo educativo se deu em linhas gerais, sob o amparo do positivismo, que permeia tanto a minha profissão quanto o seu ensino.

Assim, saí da graduação formatado por uma visão da realidade como única, exclusiva, racional, mecanicista, linear, objetiva, previsível e exata, tal qual demonstravam ser as diversas aulas de física e de cálculos matemáticos do curso de engenharia. Na verdade, uma visão restrita do conhecimento, da ciência e de seus limites de atuação, que durante muito tempo me impediu (e ainda me impede tantas vezes, tão forte é a formatação), de compreender e vislumbrar outras alternativas possíveis.

Uma visão de mundo restrita, distorcida e equivocada.

Para utilizar as palavras do Prof. Osvaldo Pereira Filho (2001), (Eletrônica – UFRJ), defensor da importância da epistemologia no ensino de engenharia, nestes cursos utiliza-se em profusão da matemática, a única ciência exata, talvez, mas a engenharia não é matemática – e muito menos física, ressalta o professor – todas as realizações, processos e artefatos propiciados pela engenharia existem num mundo real, para as pessoas, constituem conquistas de seres humanos em determinadas épocas da história e em contextos sociais específicos. Afinal, ciência e tecnologia existem para a sociedade e não o oposto.

Se nós almejamos que a engenharia cumpra a sua missão civilizatória de participar da construção de um mundo melhor de se viver, é preciso que o ensino de engenharia incorpore plenamente a epistemologia. “Sem isso a engenharia não conseguirá ultrapassar os estreitos limites da técnica, levando-a a atrofiar suas mais desafiadoras perspectivas, quanto aos objetivos mais abrangentes do ponto de vista científico e sócio-político” (PEREIRA FILHO, 2001, p. 21).

Ainda hoje, engenheiros continuam sendo formados como se ainda estivessem no século XIX, afirma Pereira Filho (2001, p. 22): “Não é a quantidade de computadores de última geração e de laboratórios sofisticados que irá fazer a diferença. [...] É claro, tem a sua importância, mas não passam de technicalidades extrínsecas ao processo de superação que nos move”. Evidentemente, não se pode contentar em formar técnicos que vejam a técnica como um fim em si mesmo, e, muito

menos, por ingenuidade, acreditar que a ciência seja neutra. “É neste sentido que a epistemologia se apresenta como instrumento de superação, que poderá, juntamente com outras iniciativas, influir para que façamos uma verdadeira revolução no ensino de engenharia em nosso país” (PEREIRA FILHO, 2001, p. 22).

Assim como eu, muitos outros profissionais da área pública (administradores e gestores públicos e sociais, educadores e pesquisadores), também foram criados de forma “epistemologicamente ingênua”, conforme expõe Giannella (2015, p. 353). Esta limitação impede que se visualizem soluções inovadoras e mais eficazes e, desta forma, torna-se necessário a mudança de um olhar tecnicista e exclusivista, do único saber correto – a ciência, para uma visão de “ecologia dos saberes”, de diálogo entre saberes, onde estão presentes o saber técnico, mas também o popular, os saberes indígenas, tradicionais, etc.

Desta forma, as “cidades sustentáveis” definidas no Estatuto da Cidade, como locais onde há garantias do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, tornam-se uma tarefa praticamente impossível para estes profissionais, diante da grande complexidade apresentada. Treinados para reduzir o problema em partes menores, em simplificar, em confiar na racionalidade linear e objetiva do conhecimento científico, no controle e na previsibilidade, seja da natureza como também da sociedade, possuem um saber que já se demonstrou insuficiente na resolução destas questões.

Até os dias de hoje, estes profissionais acreditam que os planos diretores municipais, se bem elaborados, têm o poder de transformar as cidades, de desenvolvê-las sustentavelmente, como exposto no texto constitucional. Aprisionados nesta forma racional de pensar, ficam procurando soluções para os problemas dentro do mesmo paradigma que os criou: criticando-se a falta de planejamento, a pouca ação dos políticos, a legislação deficiente e complicada, a falta de estrutura das prefeituras, o governo federal que não repassa os recursos, a ganância das elites, a especulação imobiliária, os efeitos da globalização, a falta de participação popular, o capitalismo, o individualismo, as desigualdades sociais, a educação, cultura e tantos outros motivos, dando-se conta afinal, da complexidade e do tamanho dos problemas, sem conseguir, entretanto, equacioná-los.

Ficam como que andando em círculos, presos por uma estrutura de pensamento que impede de se ver que há outras formas de pensar, que há outras

formas de entender o mundo, formas estas que também longe de serem exaustivas, complementam, ajudam, e possibilitam vislumbrar melhores soluções para estes problemas.

Como vimos, a destronização da racionalidade e conhecimento científico e a ampliação das formas de racionalidade e dos tipos de conhecimento são possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável das cidades. Significa a possibilidade de se vislumbrar alternativas outras, impossíveis de se visualizar anteriormente. Significa a possibilidade da população interessada finalmente poder interferir, em igualdade de condições, nas decisões, e principalmente em poder se integrar, continuar participando, cobrando, modificando e mantendo sua cidadania ativamente. Só assim os planos diretores deixarão de ser peças engavetadas para se tornarem peças dinâmicas, discutidas por todos, modificadas a qualquer tempo, sempre que necessário, onde técnica e outros saberes somar-se-ão na busca dos objetivos pretendidos.

Não obstante, como destacado por Giannella:

[...] cabe ressaltar que o cenário que se abre diante de nós pode ser bastante assustador por estar distante da maioria dos discursos correntes e, sobretudo, por ser estranho ao *mainstream* ainda fartamente aceito e promovido pela estrutura acadêmica e de formação a nível nacional e internacional (GIANNELLA, 2007, p. 103).

Há, portanto, que se investir maciçamente em nossas universidades, nos processos de formação, capacitação e ressignificação de profissionais, que deverão agora possuir uma consciência epistemológica difusa, capazes de reconhecer os limites e potencialidades da ciência, como também de reconhecer a multiplicidade das formas de construção do conhecimento e a importância do diálogo, da reflexão nesta construção do saber, na busca de outras relações entre seres humanos e entre eles e a natureza, visando transformar a realidade.

Parafraseando Giannella, sem estes “novos sujeitos públicos profissionais” ficará muito difícil a construção de políticas públicas eficazes, porque sem eles, as receitas continuarão a ser as mesmas. Os termos de referência, os editais, a legislação específica sobre o assunto, todo o processo de policy-making terá que ser adequado à uma racionalidade dialógica, isto é, onde o padrão não mais será a atividade técnica, mas sim a atividade comunicativa, uma racionalidade que não será mais baseada em nenhum esquema preconcebido a ser imposto, mas sim no próprio

contexto, nas visões distintas do mesmo objeto e, principalmente na gestão criativa destes conflitos.

Também será tarefa destes novos sujeitos públicos profissionais preparar o terreno para possibilitar a inclusão na esfera pública de seus colegas “não profissionais”, os sujeitos reais, leigos, sem nenhuma experiência nesta área, mas com toda sua bagagem de valores, desejos, visões de mundo e de futuro, na recomposição das dicotomias até agora consideradas como distintas, visando a mobilização deste sujeito integral, sem censuras e mutilações, em igualdade de condições e poder, na busca compartilhada de soluções para os problemas.

Ademais, Giannella (2007), alerta ainda para o reconhecimento de que ao mesmo tempo em que se frisa a necessidade da construção compartilhada das políticas (metas, objetivos, estratégias) tem de se reconhecer que a disponibilidade de competência e da própria atitude individual anda longe daquilo que poderíamos chamar de espírito do tempo.

Realmente, ainda presenciamos, em grande parte de nosso país, um cenário onde a cultura política dominante é o clientelismo, onde perseveram a concepção patrimonialista do bem público e do nepotismo, da corrupção, causando descrédito no sistema político. Por conta disto vivemos uma fase legalista, que se por um lado se justifica, por outro engessa a administração, tornando-a demasiadamente burocrática, lenta e ineficiente. Impera em muitos lugares o conformismo, o desânimo, configurando um quadro desalentador.

Não obstante, através de uma visão de crítica epistemológica podemos compreender que o mundo se estrutura em camadas regidas por lógicas distintas e não perfeitamente traduzíveis, como na física quântica onde os princípios que regem o mundo macrofísico não são adequados para o nível subatômico, constituindo diferentes “níveis de realidade”. Todavia, nossa realidade contém estes dois mundos, estes dois níveis de realidade. O quântico e o macro coexistem, como prova nossa própria existência: nossos corpos têm ao mesmo tempo uma estrutura macrofísica e uma estrutura quântica.

Esta noção de níveis de realidade nos permite, por exemplo, perceber em nosso contexto níveis como aquele do mundo dominante, das prefeituras onde estão os técnicos e o pessoal responsável pelas ações institucionais referentes ao plano diretor e o nível da população, principalmente aquela excluída, marginalizada,

esquecida, onde muitas leis que regem o mundo dominante não se aplicam, onde ocorrem soluções alternativas, e experimentações inovadoras.

Há que se investir, portanto, nos diversos níveis, na inclusão e ampliação do que Giannella (2007, p. 107) chamou de novos sujeitos públicos: "sujeitos capazes e legitimados a lidar com questões de interesse público, estejam eles na esfera institucional, em organizações não governamentais e também aqueles hoje excluídos pelos códigos lógico-verbais dominantes".

Assim, não há uma receita pronta para o desenvolvimento sustentável das cidades e os planos diretores municipais podem ser vistos até mesmo como uma simples condição estrutural do momento, não mais como uma receita infalível, mas apenas como uma simples organização das ações visando melhores resultados. Uma, entre muitas outras possíveis soluções. Cada comunidade que compõe uma cidade possui suas especificidades. São histórias próprias, características ambientais, educacionais e culturais diferentes que não podem ser homogeneizadas por um plano diretor.

O fato é que, não obstante os diversos obstáculos já mencionados, os planos diretores municipais constituem-se uma excelente oportunidade para a ampliar a cidadania, para ampliar o número de sujeitos competentes para lidar com as questões de interesse coletivos, nos diversos níveis de realidade.

Em 1610, Galileu Galilei publicou uma pequena obra de 24 páginas denominada Sidereus Nuncius ou o Mensageiro das Estrelas, em que descrevia a sua descoberta das estrelas "Mediceias", nome dado em homenagem à família Medici, arquidukes de Florença. A descoberta viria revolucionar o pensamento científico da época, rompendo a concepção aristotélica do Universo, dando um impulso significativo ao movimento que retiraria a Terra do centro do Mundo e abrindo longo caminho que fundamentou o estabelecimento da Ciência Moderna, mas não sem antes, trazer muitos aborrecimentos e condenações a diversas pessoas, inclusive o próprio Galileu.

"Eppur si muove" (e, no entanto, se move), é a frase supostamente proferida por Galileu Galilei, após sua condenação pelo Tribunal da Santa Inquisição, que expressa bem o sentimento de contrariedade diante de fatos tão contundentes. Sirvo-me dela para explicitar a urgente necessidade de transformações na nossa sociedade. Todos os impasses urbanos dependem dessas mudanças radicais, que

por sua vez dependem de uma nova forma de pensar, um novo conhecimento, mais plural, mais humano.

A urgente necessidade que temos de olharmos no telescópio e visualizarmos as estrelas de nosso tempo, as nossas Medicéias, que como as de Galileu, muitos não querem enxergar.

REFERÊNCIAS

- BATALLER, Maria Alba Sargatal. **O Estudo da Gentrificação**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Tradução de Maurílio Lima Botelho (UFRRJ). Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>>. Acesso em 10 out. 2015.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade, adjetivo ou substantivo?** Carta Maior, São Paulo, 13/06/2011. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Sustentabilidade-adjetivo-ou-substantivo-/19225.>> Acesso em 06 mai.2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em 12.05.2014.
- BRASIL. Estatuto da cidade (2002). **Estatuto da cidade: guia para implantação pelos municípios e cidadãos**. 2. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 273 p.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos (2005). **Plano Diretor Participativo**. Brasília: Ministério das Cidades, dez. 2005. 92 p.
- BRUM, Eliane. **A pequenez do Brasil grande**. Atualizado em 17/10/2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/pequenez-do-brasil-grande.html>>. Acesso em 20 jul. 2015.
- BUARQUE, Cristóvam. **O pensamento em um mundo Terceiro Mundo**. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª. Edição, 1993.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o Conhecimento como Poder**. Petropólis: Editora Vozes, 2000.
- GIANNELLA, Valéria. O Nexo Pesquisa-Ação: Qual conhecimento para que políticas? In: CARRIZO, Luis; CARBALLA, Manuel. **Gestion local del desarrollo y**

Lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en America Latina. Montevideo, Uruguai, 2007.

GIANNELLA, Valéria. Base Teórica e Papel das Metodologias Não Convencionais para Formação em Gestão Social. In: CANÇADO, Ailton *et al.* (Org.). **Os desafios da formação em gestão social.** Palmas, Tocantins: Nesol; UFT; Católica do Tocantins; UNITINS, 2008. p. 11-36, (Coleção ENAPEGS; v. 2).

GIANNELLA, Valeria; MOURA, Maria Suzana. **Gestão em Rede e Metodologias não Convencionais para a Gestão Social.** Salvador, CIAGS-UFBA, 2009. v. 2.

GIANNELLA, Valéria; AMADO, Cybele; CALAZANS, Fábila. Efetivando o discurso da participação: Metodologia não convencionais em duas Políticas Públicas no interior da Bahia. In: RIGO, Ariadne Scalfori *et al.* (Org.). **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento. Ações, Articulações e Agenda.** Petrolina, Pernambuco. UNIVASF, 2010 p. 93-118, (Coleção ENAPEGS, v. 3)

GIANNELLA, Valéria; ARAÚJO, Edgilson Tavares de; OLIVEIRA NETA, Vivina Machado de. As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). **Gestão Social como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública.** Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, p. 139-164, 2011.

GIANNELLA, Valéria; BATISTA, Vanessa Louise. Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social.** Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. EAUFBA. v.2, n.3, set./dez. 2013.

GIANNELLA, Valeria. **Epistemoloque? Epistemologia para não filósofos, guiando a ação para o tempo que vem.** Revista Terceiro Incluído. NUPEAT-IESA-UFG, v. 5, n. 1, jan/jul 2015. p. 339-354.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002, p. 44 – 45, 59 – 86.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2011

GOLDIM, José Roberto. **Ética da Razão Comunicativa.** In: FREITAG, B. Itinerários de Antígona: A questão da moralidade. Campinas: Editora Papyrus, 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/eticadis.htm>>. Acesso em 09 out. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2013.** Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86302.pdf>> Acesso em 08.05.2015.

JAPIASSU, H. **Introdução ao Pensamento Epistemológico.** 6 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1991.

LINSINGEN, Irlan von; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; BAZZO, Walter Antonio. **Epistemologia e Ensino de Engenharia**. Revista de Ensino de Engenharia. Brasília, nº 18, p. 51-57, 1999

MARICATO, Ermínia. **Nossas cidades estão ficando inviáveis**. Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA. Brasília, nº 66, p. 14 – 21, jul. 2011. Entrevista concedida a Gilberto Marangoni. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 out. 2013.

MAZZARDO, Luciane de Freitas; SCHWINN, Simone Andrea. **O agir comunicativo: a ética discursiva de Jürgen Habermas enquanto pressuposto da cidadania**. In: XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. CEPEJUR/UNISC. Santa Cruz do Sul: 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/13155/2344>>. Acesso em 11 out. 2015

MILANO, Daniela Ketzer. **Habitações Operárias: Evolução das Imagens de Representação**. URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. IFCH – UNICAMP. Campinas, v. 3, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/987/721>>. Acesso em 02 fev. 2014.

MORIN, Edgar. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado (org), *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs. 2000. Disponível em: <http://www.ouviroevento.pro.br/index/comp_e_trans_textos.htm#Nicoluscu> - Reforma da Educação e do Pensamento. Acesso em 07 set. 2015.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. **O desenvolvimento sustentável como desafio para as cidades brasileiras**. In: Cadernos Adenauer XIII, 2012, nº 01. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.kas.de/wf/doc/7340-1442-5-30.pdf>> Acesso em 11 ago. 2015

PEREIRA FILHO, Osvaldo. **A importância da epistemologia no ensino de engenharia**. In: XXIX COBENGE – Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. CBE004. Porto Alegre: PUC-RS, 2001. p. 20-25. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2001/trabalhos/CBE004.pdf>> Acesso em 09 mar. 2015.

PINHO, José A. G. de. **Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades na Sociedade Brasileira**. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). *Gestão Social como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública*. Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, p. 21-52, 2011.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012. 368p.

ROLNIK et al. **Manifesto de urbanistas**. Conselho da Cidade. São Paulo, SP: Disponível em: <<http://www.raquelrolnik.wordpress.com/2013/08/27/manifesto-de-urbanistas-sobre-a-minuta-do-plano-diretor-de-sp/>>. Acesso em 02 set. 2013.

SACHS, Wolfgang (org.). Introdução. **Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 637p.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna.** Revista Estudos Avançados – USP. São Paulo, nº 2, v. 2, p. 46 – 71. 1988. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/665>>. Acesso em: 12 jul 2013.

SILVA JUNIOR, Jeconias Rosendo; PASSOS, Luciana Andrade dos. **O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal.** Brasília, DF: CNM, SEBRAE, 2006.

SOMMERMAN, Américo. **Complexidade e Transdisciplinaridade.** In: I Encontro Brasileiro de Estudos da Complexidade. PUC-PR. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/leprans/arquivos/complex.pdf>>. Acesso em 11 out. 2015

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: uma utopia?** Vídeo da série Invenção do Contemporâneo. Produção: cpflcultura, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=urwQpyJzDEs>>. Acesso em 17 mai. 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje.** Palestra proferida no II Seminário Cidades Brasileiras – Prefeitura Municipal de Campo Grande. Campo Grande, jun. 2000. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/campo_gde.pdf>. Acesso em 10 nov. 2013

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999, p. 227.